

Ata n.º 7/2025  
R  
Joub

**MUNICÍPIO DA MURTOSA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025**

-----Aos **trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e cinco**, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, teve início a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de António Maria dos Santos Sousa, secretariado pelos Vogais, Mónica Alexandra Correia Simões Barbosa, Primeira Secretária, e Bruno Rafael de Oliveira, Segundo Secretário.-----

-----Feita a chamada, verificaram-se as presenças, para além dos Membros que compõem a Mesa, dos Vogais Inês Tavares Rodrigues, Manuel da Silva Sebolão, Cecília do Carmo Rodrigues Sousa, Victor Manuel Valente Matos, Angelina das Ascensão Rodrigues da Silva Figueiredo, Maria Emília Morais Carrabau, Maria de Fátima Nunes Pinto Ramos em substituição de Diogo Miguel Soares Cruz Graça Barros, Nuno Tiago Rodrigues Guedes Marques, Hugo Rafael da Silva Figueiredo, Ana Pedro Silva Marques, Augusto Manuel de Oliveira Nunes Bastos, Hugo Miguel da Silva Rebimbas, Francisco Augusto Valente Pereira, Filipe Emanuel da Silva Loureiro, Sérgio Domingo de Oliveira Silva e André Manuel Ramos de Pinho.-----

-----Verificaram-se, ainda, as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Januário Vieira da Cunha, do Vice-Presidente, Agostinho Manuel Pinho de Oliveira, da Vereadora a tempo inteiro, Ana Cristina de Almeida Henriques e dos Vereadores Paulo Manuel Teixeira Amorim e Augusto Carlos Vidal Leite.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Após saudação aos presentes, o Presidente da Mesa deu início aos trabalhos, com a apreciação das propostas de atas da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 15 de Setembro de 2025 e da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 20 de Novembro de 2025. -----

-----Dada a palavra aos Membros da Assembleia, não se registaram pedidos de inscrição para a sua discussão e análise.-----

-----Colocadas à votação, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. -----

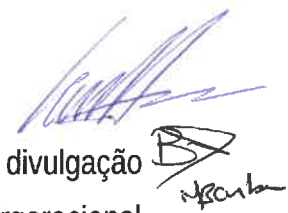
-----Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia, ao abrigo do artigo 29º, do n.º 1, alínea c), do Regimento, abriu o período de inscrições para o efeito, tendo-se inscrito os Vogais Francisco Pereira e Angelina Figueiredo.-----

----- Dada a palavra pelo Presidente da Mesa ao Vogal Francisco Pereira, da bancada do PSD, este fez uma intervenção em que celebrou a inscrição do Barco Moliceiro e da Carpintaria Naval da Região de Aveiro na Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente da UNESCO, aprovada em sessão realizada em Nova Deli, Índia, no dia 9 de dezembro. Destacou ainda o carácter histórico da distinção, o trabalho desenvolvido pelos Municípios da Região e o papel particular do Município da Murtosa na preservação deste património. Terminou propondo que a Assembleia Municipal da Murtosa aprovasse um voto de congratulação pela inscrição do Barco Moliceiro e da Carpintaria Naval na Lista do Património Cultural da UNESCO. (Doc. 1). -----

----- De seguida, usou da palavra a Vogal Angelina Figueiredo, do Movimento Juntos pela Murtosa, que, depois de enaltecer a inscrição do Barco Moliceiro e da Carpintaria Naval da Região de Aveiro na Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente da UNESCO e de todo o trabalho que conduziu a esse resultado, honrando a memória dos Mestres Carpinteiros, invocando a família "Raimundo" e nas suas pessoas todos os que partiram, propôs um voto de louvor a título póstumo, pelos honrosos serviços prestados em prol da existência desta Arte Tradicional. No mesmo âmbito, e nas pessoas do Mestre José Rito e do Mestre Marco Silva propôs um voto de louvor para estes construtores navais tradicionais e para todos os timoneiros que teimam em manter vivo e dar continuidade a este património, o nosso ex-libris que continua a sulcar as águas prateadas da Ria (Doc. 2) -----

----- Aceites as propostas, referidas, pela Mesa da Assembleia, o Presidente da mesma abriu o período de inscrições para quem quisesse intervir acerca das mesmas. -----

----- Inscreveu-se o Vogal Hugo Figueiredo, da bancada do PS, que começou por saudar a decisão conjunta dos Municípios da CIRA de avançarem com a classificação do Barco Moliceiro como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Sublinhou a importância de assegurar que o reconhecimento da UNESCO se traduza em ações concretas, nomeadamente a construção de cais apropriados, manutenção das embarcações existentes,

Handwritten signature in blue ink at the top right, with a blue stamp below it containing the name 'N. Marques'.

apoio à formação de novos mestres e jovens interessados na tradição, bem como a divulgação e valorização do moliceiro em toda a Ria de Aveiro, garantindo a transmissão intergeracional desta prática cultural, associando-se ao teor das propostas em discussão (Doc. 3).-----

----- De seguida, ambas as propostas (votos de congratulação e de louvor) foram postas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

----- No seguimento do Período de Antes da Ordem do Dia, ao abrigo do artigo 29º, do n.º 1, alínea d), do Regimento, inscreveram-se para intervir os Vogais André Pinho, Nuno Marques, Augusto Marques, Angelina Figueiredo, Hugo Rebimbas, Cecília Sousa e Sérgio Silva.-----

----- Dada a palavra pelo Presidente da Mesa ao Vogal André Pinho, este começou por referir que haviam decorrido cerca de sessenta dias desde a tomada de posse do novo Executivo da Junta de Freguesia da Torreira, criticando a ausência de medidas concretas por parte do Município. Sublinhou que a população da Torreira exigia respostas imediatas, defendendo a necessidade urgente de uma delegação de competências atualizada e eficaz, denunciando falta de ambição e rigor, que resultava numa certa discriminação em relação a outras Freguesias do Concelho. Durante a sua intervenção, apontou ocorrências registadas ao longo do ano, como episódios de galgamento marítimo e problemas de iluminação pública. Propôs ainda uma visita conjunta à Freguesia para identificar problemas urgentes, incluindo a frente ribeirinha, áreas públicas degradadas e espaços emblemáticos da localidade (Doc. 4).-----

----- O vogal Nuno Marques, no uso da palavra, manifestou forte insatisfação com a falta de respostas da Câmara a problemas antigos e repetidamente sinalizados, alertando que a ausência de prevenção leva a maiores custos e prejudica os contribuintes. Apontou várias situações de degradação e risco no Concelho, incluindo falta de iluminação, mau estado de passeiras e estradas, Infraestruturas Municipais abandonadas, problemas de drenagem de águas pluviais considerados de saúde pública, lixeiras ilegais e ausência de fiscalização eficaz. Referenciou a degradação de espaços públicos e turísticos da Torreira, como terrenos ao abandono, ruínas da antiga marina, estruturas inseguras, espaços verdes insuficientes e equipamentos degradados ligados à atividade piscatória e ao lazer. Reclamou intervenções urgentes, melhor gestão dos ativos municipais e investimentos que valorizem o território, melhorem a segurança, a imagem do Concelho e o seu potencial turístico. Denunciou a falta de aproveitamento e manutenção de várias infraestruturas do Concelho, apontando problemas na EN327, junto ao areal, onde a retirada de areia não foi acompanhada por uma requalificação funcional, o encerramento e abandono da Colónia de Férias, com forte impacto

negativo no turismo e no emprego. Criticou também a permanência dos restos do navio Rainha Santa, que terão contribuído para a degradação e assoreamento da praia do Monte Branco. Censurou, ainda, duramente o mau estado da rotunda na Circunvalação da Torreira, já degradada devido a materiais inadequados e má execução, bem como o facto de equipamentos instalados não estarem a funcionar, considerando isso um desperdício de recursos públicos.-----

-----O vogal Augusto Bastos iniciou a sua intervenção referindo-se a afirmações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara no discurso de tomada de posse, relativas à valorização turística do concelho, propondo de seguida uma análise crítica de um percurso entre a zona da Riabela e o Rainha Santa. Ao longo da intervenção, apontou diversas situações que, no seu entender, prejudicam a imagem e a atratividade turística da Torreira, destacando o estado de abandono de terrenos privados junto à Riabela e à Náutica, sugerindo a eventual aquisição dos mesmos pela Câmara Municipal para fins de interesse público, como a instalação de equipamentos de lazer, estacionamento de apoio e equipamentos complementares à atividade náutica, incluindo casas de banho públicas. Referiu igualmente o prolongado estado de degradação das ruínas da antiga marina, de estruturas junto à marginal, de equipamentos urbanos danificados (trapicho, abrigo de passageiros e muro de contenção), bem como de infraestruturas do porto de abrigo dos pescadores, alertando para riscos de segurança e para a necessidade de intervenção atempada por parte das entidades competentes. Abordou ainda o estado dos espaços verdes do concelho, considerando insuficiente a sua qualidade e manutenção, bem como a degradação de edifícios e equipamentos encerrados, nomeadamente o café do Monte Branco e a antiga colónia de férias, salientando o impacto negativo dessas situações quer ao nível turístico quer socioeconómico. O vogal manifestou preocupação com os efeitos do assoreamento na praia do Monte Branco, associando-os à permanência de estruturas ligadas ao antigo navio Rainha Santa, defendendo maior diligência política para a resolução do problema. Por fim, criticou o estado de conservação da rotunda da interseção da Rua 10 de Junho com a Avenida da Circulação, referindo deficiências nos materiais utilizados, degradação prematura dos elementos metálicos e do pavimento, bem como a não operacionalização dos repuxos previstos no projeto, questionando a gestão e rentabilização do investimento público. Concluiu afirmando que todas as situações descritas representam responsabilidade política da governação municipal e comprometem a qualidade do território e a imagem do concelho, dando assim por encerrada a sua



intervenção.-----

-----A Vogal Angelina Figueiredo (Doc.5), começou por afirmar que regressava à Assembleia Municipal com sentido de responsabilidade e compromisso cívico. Reiterou a sua disponibilidade para contribuir de forma construtiva para a resolução dos problemas do Concelho, sem abdicar do direito à crítica fundamentada sempre que considerasse que os interesses dos Munícipes não estavam a ser devidamente salvaguardados. Levantou, ainda, diversas questões concretas relacionadas com infraestruturas e espaço público, nomeadamente problemas em equipamentos instalados que se encontravam sem funcionamento adequado, situações de degradação de pavimentos, deficiências na manutenção urbana, questões de saneamento básico e drenagem de águas pluviais, incluindo episódios recorrentes de alagamento em zonas sensíveis do Concelho, considerados pelos intervenientes como problemas de saúde pública e de imagem territorial. Aproveitou também para questionar a falta de membros femininos na Comissão de Honra para o Centenário do Concelho da Murtosa.-----

-----O Vogal Hugo Rebimbas solicitou esclarecimentos sobre a empreitada de pavimentação de arruamentos no Concelho da Murtosa, adjudicada por mais de 615 mil euros, com um prazo de execução de 180 dias. Questionou a falta de acesso público à ata da reunião de Câmara de 24 de dezembro, defendendo o direito dos Munícipes à consulta atempada de documentos públicos. Apontou a ausência de sinalização horizontal nos arruamentos intervencionados, a inexistência de trabalhos na Rua Alexandre Herculano e questionou se foi garantida a desobstrução das sarjetas para assegurar a drenagem das águas pluviais. Manifestou, ainda, preocupação com o estado do pavimento da rotunda junto à Caixa de Crédito Agrícola, defendendo a retificação integral da obra por se tratar de uma empreitada nova, sujeita a receção provisória. Por fim, questionou se está prevista uma prorrogação do prazo da empreitada e qual a respetiva fundamentação (Doc. 6).-----

-----A vogal Cecília Sousa valorizou as iniciativas natalícias e culturais realizadas no Concelho, destacando o trabalho conjunto do Município e das Juntas de Freguesia, assim como das associações e coletividades locais. Evidenciou o impacto positivo no convívio intergeracional, na atratividade do Concelho e na cidadania ativa, salientando iniciativas solidárias, culturais e de entretenimento, como passeios motard, espetáculos e desfiles noturnos (Doc. 7).-----

-----O Vogal Sérgio Silva colocou duas questões, nomeadamente sobre a iluminação no Cais da Cova do Chegado e infiltrações em Edifícios Municipais e respetivo destino do espólio do Museu Etnográfico. Mencionou o mau estado exterior e interior de Edifícios Municipais, degradação de luminárias e passadeiras, necessidade de reorganização de estacionamento e melhoria da sinalização viária, incluindo áreas próximas a serviços de saúde (Doc. 8).-----

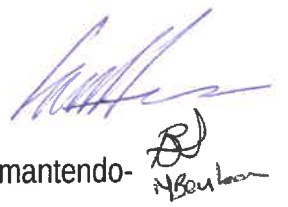
-----Respondendo às questões colocadas, no Período Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara Municipal quanto à questão da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, esclareceu que o modelo vigente não era revisto desde 2019 e que o envelope financeiro anual de cerca de 410 mil euros seria mantido, com a revisão prevista para 2026, garantindo apoio contínuo às Juntas em situações urgentes. Explicou que a retirada de equipamentos degradados junto à marginal da Ria, na Torreira, dependia do Porto de Aveiro e sofreu atrasos devido ao período natalício. Referiu, ainda, a contratação de um Fiscal Municipal para combater fiscalizar as lixeiras ilegais, a degradação do campo de futebol e de campos de ténis, e atrasos na iluminação de certas vias devido a entraves técnicos externos.-----

-----Quanto ao campo de futebol, informou que parte da vedação já foi removida, estando o Município a trabalhar numa solução mais robusta e duradoura, reconhecendo que a degradação resulta também de uso indevido. O mesmo foi referido quanto à manutenção dos campos de ténis, que, apesar de terem algum acompanhamento, necessitam de atenção contínua.-----

-----Sobre a iluminação na EN109/EN195, explicou que o problema se arrasta desde 2011 e resulta de entraves técnicos e burocráticos entre a Infraestruturas de Portugal e a E-Redes, nomeadamente por falta de conformidade da infraestrutura. Referiu que o Município equacionou assumir a gestão da infraestrutura para tentar desbloquear a situação, sublinhando as dificuldades que surgem quando estão envolvidas várias entidades externas, apesar das diligências contínuas da Câmara.-----

-----Relativamente à sinalização horizontal e passadeiras, reconheceu a necessidade de reforço e manifestou abertura para analisar a criação de novas travessias de peões, incluindo junto ao Centro Médico da Murtosa, desde que estejam reunidas as condições de segurança.--

-----Abordou ainda o Bar do Monte Branco, informando que o projeto está a ser revisto pelo arquiteto autor do projeto original, uma vez que se verificaram problemas estruturais não previstos inicialmente. Referiu que a obra exigirá uma dotação financeira superior à



inicialmente estimada, a considerar aquando da incorporação do saldo de gerência, mantendo-se como uma prioridade do Executivo.-----

-----No que respeita ao mau estado do pavimento em zonas intervencionadas (na EN 327), explicou que tal se deve à necessidade de aguardar a certificação de infraestruturas elétricas subterrâneas associadas a estações elevatórias, evitando novas aberturas de valas após a pavimentação. Manifestou expectativa de resolução a curto prazo.-----

-----Relativamente aos problemas de esgotos e águas pluviais, esclareceu que a situação resulta de limitações de capacidade da conduta em alta gerida pela ADCL, agravadas por afluxos indevidos. Informou que foi consensualizada uma solução técnica para dividir o caudal, criando um segundo ponto de entrega na zona industrial, estando o projeto em fase de execução e financiamento pelas entidades competentes, com acompanhamento do Município.-----

-----Sobre os espaços verdes, manifestou confiança no trabalho das Juntas de Freguesia e reiterou a intenção de melhorar progressivamente a sua manutenção. Referiu ainda o trapiche do Veleiro e os passadiços da Beira-Mar Norte, infraestruturas da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, afirmando existir compromisso dessa entidade para a sua reparação, apesar dos atrasos.-----

-----Abordou a necessidade de substituição e reforço dos abrigos de passageiros, reconhecendo tratar-se de uma necessidade efetiva. Relativamente ao porto de pesca e ao quebra-mar flutuante, informou existir um orçamento próximo de meio milhão de euros, estando o Município a procurar soluções alternativas.-----

-----Sobre a possibilidade de criação de infraestruturas de apoio à pesca, reconheceu que o investimento é pertinente e poderá ser concretizado quando houver disponibilidade financeira. Referiu, ainda, os constrangimentos legais associados à requalificação do Monte Branco, decorrentes de litígios judiciais com particulares, que atualmente limitam qualquer intervenção a ações estritamente ligadas ao usufruto da praia.-----

-----Por fim, abordou a situação da antiga Colónia de Férias, esclarecendo que o imóvel é atualmente propriedade do Turismo de Portugal e está integrado no Programa Revive. Informou ter realizado diligências junto do Turismo de Portugal e da tutela governamental, manifestando a expectativa de que o concurso para concessão seja lançado, reconhecendo tratar-se de um património valioso cuja reabilitação é fundamental para o Concelho. Referiu, mais, que, em termos de edificado, a estratégia deverá passar pela utilização e reabilitação do

património existente, entendendo-se que essa abordagem, apesar das limitações, permite uma intervenção significativa.-----

-----Deu conta de que num contacto recente com mestres e proprietários de embarcações tradicionais, lhe foi transmitido que não reivindicam apoios financeiros diretos, mas sim a criação de oportunidades que justifiquem o investimento realizado nas embarcações tradicionais.-----

-----Esclareceu que, no contexto regional, à exceção da Regata de Moliceiros Torreira-Aveiro, promovida pela região de Aveiro, a maioria das regatas são organizadas pelo Município da Murtosa, salientando a necessidade de maior envolvimento dos restantes Municípios da Região. Nesse sentido, referiu que, em reunião do Conselho Intermunicipal, foi lançado o desafio aos restantes municípios para a criação de um Plano Estratégico Regional que incluía eventos ao longo do calendário anual, com vista à promoção da participação das embarcações tradicionais.-----

-----Por fim, disse que a criação de mais oportunidades poderá contribuir para atrair mais pessoas à construção de embarcações tradicionais, salientando a importância de garantir a continuidade do saber dos mestres. Deu conta de que, no Concelho da Murtosa, existem sinais positivos de continuidade desta arte, os mestres têm trabalho, carecendo, no entanto, de pessoas interessadas em aprender e prosseguir a construção de embarcações.-----

-----Relativamente à Comissão de Honra do Centenário, esclareceu que a composição não excluía pessoas com base em género e que as personalidades convidadas mantêm ligação à comunidade.-----

-----No que concerne à empreitada de pavimentações, esclareceu que a mesma tem um prazo de execução de 180 dias, o qual será prorrogado, devido à necessidade de garantir condições adequadas de temperatura e humidade para assegurar a qualidade dos trabalhos. Explicou que essa circunstância justifica o estado atual de algumas zonas intervencionadas, designadamente a rotunda da Caixa de Crédito Agrícola, esclarecendo que os trabalhos serão retomados e concluídos quando existirem condições adequadas. Mais disse que existem aspetos a corrigir, nomeadamente grelhas, tampas de caixas e pintura, os quais serão alvo de revisão.-----

-----Acrescentou que se pretende associar a estas intervenções uma ação adicional de acalmia de tráfego no entroncamento da Rua Álvares Cabral com a Avenida do Monte, através

da introdução de soluções físicas amovíveis, com o objetivo de aumentar a segurança rodoviária.-----

-----Relativamente à iluminação na Cova do Chegado, informou que a intervenção foi adjudicada, estando pendente da resolução de questões relacionadas com a certificação da infraestrutura elétrica, as quais se encontram, segundo indicação prestada, ultrapassadas, esperando-se a resolução da situação a breve prazo.-----

-----Sobre o edifício da Junta de Freguesia da Murtosa, reconheceu a necessidade de intervenção para além da reabilitação do espaço, esclarecendo que o espólio será salvaguardado, não existindo ainda decisão definitiva quanto ao seu destino futuro, sendo certo que não permanecerá armazenado de forma permanente.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do nº2, do artigo 25º e nº4, do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro:**-----

Passando-se ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que prestou as informações constantes do documento anexo (Doc. 9). Abertas as inscrições, para formulação de intervenções, registou-se a inscrição do Vogal Hugo Figueiredo.

-----Tendo-lhe sido dada a palavra pelo Presidente da Mesa, começou por referir uma questão já anteriormente colocada relativa à definição do trânsito no Parque do Intermarché, questionando se estava prevista alguma intervenção, atendendo às necessidades identificadas no local. Em seguida, solicitou um ponto de situação relativamente às obras públicas previstas, nomeadamente quanto à requalificação das margens da Ria junto ao cais do Guedes, esclarecendo se a intervenção dizia respeito à contenção das margens, bem como aos respetivos prazos de execução. Solicitou ainda informação sobre os timings da obra de renovação do Teatro da Murtosa, referindo a importância desse esclarecimento face à proximidade do início do próximo ano e de eventos previstos para os meses seguintes. Por último, deixou uma nota crítica, embora positiva, relativamente às festividades de Natal, referindo que a Praça apresentava diferenças face a anos anteriores, felicitando a Câmara Municipal pelo trabalho realizado.-----

-----Respondendo, o Presidente da Câmara começou por esclarecer que a organização da circulação no Parque do Intermarché se insere num espaço privado, tendo sido definida no âmbito do projeto e da obra em articulação com o promotor. Referiu, contudo, que a Câmara Municipal pretende dialogar com a entidade responsável no sentido de melhorar a circulação

interna, reconhecendo que a mesma não é particularmente intuitiva. Acrescentou que faz sentido clarificar a sinalização.-----

-----Relativamente à intervenção na Marginal da Ria, esclareceu que subsistem questões de natureza burocrática e documental que têm atrasado o avanço da empreitada, nomeadamente relacionadas com a entidade 'Inersel' e com o cumprimento de objetivos associados à retirada da antiga marina e do material flutuante. Referiu que estas questões estão a ser ultrapassadas, manifestando a expectativa de que a situação seja resolvida com brevidade.-----

-----No que respeita à obra de renovação do Teatro da Murtosa, fez um enquadramento do processo, esclarecendo que o primeiro concurso lançado em 2025 ficou deserto, o que levou o Executivo a rever o projeto, originalmente elaborado em 2022. Referiu que essa revisão permitiu identificar a necessidade de reforçar a intervenção ao nível da cobertura, bem como de adequar o projeto a exigências legais mais recentes, nomeadamente em matéria de insonorização. Indicou que o investimento global da obra ascende a cerca de dois milhões e meio de euros.-----

-----Disse, ainda, que o lançamento do concurso está previsto para 2026, condicionado à incorporação do saldo de gerência, que será submetida à apreciação da Assembleia Municipal, de modo a reforçar as dotações previstas no Plano Plurianual de Investimentos. Sublinhou que se trata de uma obra prioritária, prevista no Plano de Investimentos Municipal, com um prazo de execução que ultrapassará os dois anos, atendendo à sua complexidade. Sublinhou que a requalificação do Teatro da Murtosa é considerada estratégica, não apenas pela recuperação de um edifício emblemático, mas também pela criação de um equipamento cultural capaz de acolher espetáculos e iniciativas com dignidade e condições técnicas adequadas.-----

-----**2. Apreciação, Discussão e Votação da proposta de “Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Atualização de Taxas para 2026” – Deliberação de Câmara de 24.12.2025**-----

-----Concedida a palavra ao Presidente da Câmara para proceder à apresentação do documento, este começou por referir que os Membros da Assembleia tiveram oportunidade de analisar a documentação distribuída, bem como a nota introdutória incluída. Explicou que o Orçamento foi elaborado com base na previsão de receita para o ano de 2026, apurada pelos Serviços de Contabilidade de acordo com as orientações legais em vigor, tendo como referência a média das receitas dos dois anos anteriores.-----

-----Disse que a previsão de receita ascende a 14.199.828€ (catorze milhões, cento e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e oito euros), valor que serviu de base à distribuição da despesa. Esclareceu que uma parte significativa desta despesa corresponde a encargos obrigatórios, nomeadamente despesas com pessoal, no montante superior a 4.400.000€ (quatro mil e quatrocentos euros), que representam cerca de 31% do total, valor considerado significativo. Acrescentou que, apesar disso, o Município continua aquém das necessidades reais em termos de recursos humanos, o que exige uma abordagem criteriosa aos processos de recrutamento. Nesse âmbito, referiu que o Mapa de Pessoal reflete essa ponderação, prevendo o recrutamento apenas para dar resposta a necessidades imediatas, designadamente no que respeita a Assistentes Operacionais em várias áreas, bem como ao reforço dos serviços de atendimento e de apoio administrativo, tendo em conta aposentações previstas e a conseqüente redução do Quadro de Pessoal.-----

-----Acrescentou que o Orçamento apresentado contempla não apenas a continuidade de projetos já iniciados, com repercussão em 2026, mas também a previsão de novos investimentos, cuja concretização dependerá do reforço orçamental subsequente. Aproveitou para agradecer e elogiar o trabalho desenvolvido pela Unidade Financeira Municipal, destacando a qualidade técnica e o carácter pedagógico do documento apresentado. A metodologia seguida consistiu na distribuição da receita disponível de forma a garantir o funcionamento normal do Município até à incorporação do saldo de gerência, assegurando o pagamento das despesas correntes, designadamente resíduos, energia e serviços essenciais. Acrescentou que as dotações simbólicas atribuídas a diversas rubricas não refletem a inexistência de intenção de investimento, mas sim a necessidade de posterior reforço orçamental, salientando que iniciativas como feiras, eventos culturais, animação de verão e outras atividades municipais não são exequíveis com dotações mínimas.-----

-----Nesse contexto, informou que as Comemorações do Centenário do Município implicarão um reforço orçamental adequado, por uma questão de dignidade institucional, estando prevista a abertura oficial das comemorações em 29 de outubro de 2026, com prolongamento ao longo do ano seguinte, através de um programa ajustado às capacidades financeiras do Município.---

-----Referiu também que a concretização da terceira fase da Zona Industrial implicará um esforço financeiro significativo por parte do Município, o qual poderá envolver recurso ao endividamento. Informou que a capacidade de endividamento do Município é elevada, resultado de uma gestão financeira equilibrada, mas que será desejável assegurar uma

componente de financiamento próprio de modo a reduzir o impacto dessa operação financeira.-----

-----Concluiu a sua intervenção manifestando disponibilidade para prestar esclarecimentos adicionais, agradecendo a atenção dispensada e colocando-se à disposição da Assembleia para dar os esclarecimentos tidos por necessários.-----

----- De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições para os Membros que quisessem intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, tendo-se inscrito os Vogais André Pinho, Augusto Bastos, Ana Marques, Angelina Figueiredo, Inês Rodrigues e Hugo Figueiredo. -----

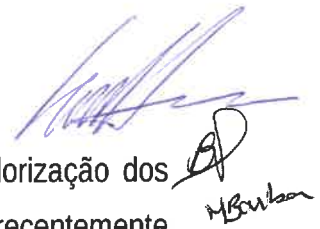
-----Dada a palavra ao Vogal André Pinho, este referiu que a Freguesia da Torreira também comemorará o seu Centenário, manifestando a expectativa de que as verbas a atribuir não sejam meramente simbólicas, mas condizentes com a importância do acontecimento.-----

-----Seguidamente, interveio o Vogal Augusto Bastos, que se pronunciou sobre a prevista construção do Parque da Vila da Torreira, questionando a concretização efetiva da intervenção no espaço do antigo campo de futebol. Manifestou a sua expectativa de que o projeto avance finalmente para o terreno, após vários mandatos em que tem sido anunciado, sublinhando a importância daquele espaço central para a Vila e alertando para o risco de frustração da população caso a obra não se concretize.-----

-----Usou depois da palavra a Vogal Ana Marques, que fez uma apreciação crítica ao Orçamento proposto, considerando insuficiente a atenção dada à área da saúde. Destacou o envelhecimento da população do Concelho, a reduzida dotação para transferências de capital para as IPSS e a ausência de Programas Municipais de rastreios de saúde. Questionou o Executivo sobre projetos concretos de saúde pública previstos para os próximos anos e defendeu a implementação de uma rede municipal de desfibrilhação automática externa, sublinhando a importância da prevenção e da resposta rápida em situações de emergência médica. (Doc. 10)-----

-----De seguida, interveio a Vogal Angelina Figueiredo, que considerou que o Orçamento apresentado se limita, em grande medida, a assegurar o funcionamento corrente do Município, com investimento reduzido e dependente do saldo de gerência. Referiu a necessidade de uma política de manutenção preventiva do espaço público e defendeu a importância de definir uma estratégia clara de desenvolvimento do Concelho, designadamente ao nível das

acessibilidades, da captação de investimento, da criação de emprego e da valorização dos recursos naturais e culturais, nomeadamente a Ria e o património recentemente classificado.-----



-----Seguidamente, a Vogal Inês Rodrigues, manifestou uma apreciação favorável ao documento, salientando o equilíbrio financeiro, o rigor e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Destacou o reforço das áreas essenciais para a qualidade de vida da população, a continuidade dos projetos estruturantes e a capacidade do Município para responder aos desafios futuros, anunciando o voto favorável da bancada do PSD à proposta de Orçamento Municipal para 2026. (Doc. 11)-----

-----Por fim, interveio o Vogal Hugo Figueiredo, que reconheceu a inclusão no Orçamento de algumas propostas apresentadas pelo seu Partido, nomeadamente a requalificação de equipamentos culturais na Freguesia da Torreira. Não obstante, considerou que o Plano e Orçamento não representam uma mudança de rumo nem uma estratégia integrada de desenvolvimento para o Concelho, entendendo que o documento segue uma linha de gestão corrente, sem visão transformadora para o futuro. (Doc. 12)-----

-----Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este começou por agradecer as intervenções realizadas, reconheceu o interesse e a preocupação demonstrados pelos Membros da Assembleia. Referiu que o Município tem como prioridade promover políticas públicas sólidas nas áreas da educação, habitação, saúde, trabalho e desenvolvimento económico, ainda que, no momento, alguns investimentos dependam da disponibilidade financeira e da viabilização de linhas de financiamento externas.-----

-----Em resposta às intervenções afirmou que a concretização do Parque da Vila da Torreira é uma prioridade e que a inclusão do projeto no Orçamento demonstra a intenção de avançar com a obra, assim que forem assegurados os recursos necessários e as condições de financiamento permitam a sua execução.-----

-----Quanto às questões relativas à ação social e ao apoio às IPSS, destacou que o Município continuará a apoiar financeiramente estas Instituições, como tem feito no passado, inclusive durante períodos críticos como a pandemia, assegurando o cumprimento das necessidades sociais, de acordo com a capacidade orçamental disponível.-----

-----Sobre a proposta de instalação de uma rede municipal de desfibriladores, admitiu a relevância do investimento e comprometeu-se a avaliar os locais mais adequados para a sua

implementação, destacando que o tema será considerado prioritário e alinhado com a segurança da população.-----

-----Reiterou ainda que a Murtosa possui interesse empresarial e que a terceira fase da Zona Industrial está planeada para promover o desenvolvimento económico, com a sustentabilidade financeira assegurada pela alienação de lotes e o acompanhamento da acessibilidade às vias principais. Destacou ainda que a sua concretização será feita de forma coordenada com melhorias de acessibilidade e que estas diligências continuarão a ser promovidas.-----

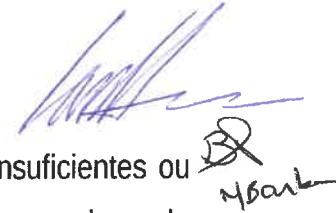
-----Por fim, destacou que o Orçamento para 2026 reflete uma ambição concretizadora, mesmo que algumas iniciativas não estejam visíveis na estruturação do documento. Reforçou que muitas rubricas dependem da incorporação do saldo de gerência e de dotações adicionais que permitirão, progressivamente, ampliar os investimentos e projetos do Município.-----

-----Encerrada a discussão deste ponto de Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu-o à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da bancada do PSD e a abstenção das bancadas do PS e do JPM.-----

----- A Vogal Angelina Figueiredo e o Vogal Hugo Figueiredo pediram a palavra para fazerem declarações de voto. -----

-----Concedida a palavra pelo Presidente da Mesa à Vogal Angelina Figueiredo, esta explicou que a abstenção da bancada do JPM relativamente ao Orçamento para 2026 e às Grandes Opções do Plano resulta de uma avaliação séria e responsável dos documentos apresentados, reconhecendo a necessidade de assegurar a continuidade da ação municipal, mas considerando que as propostas não refletem as prioridades, ambição nem visão de desenvolvimento defendidas pelo grupo, mantendo um rumo com o qual o JPM não se revê e que falha na resposta aos desafios estruturais do Município, afirmando que a abstenção é consciente e construtiva e que continuará a exercer uma oposição firme, responsável e propositiva, acompanhando a execução do Orçamento e do Plano com rigor e transparência, sempre na defesa do interesse público e do futuro da Murtosa. (Doc. 13)-----

-----Seguidamente, dada a palavra ao Vogal Hugo Figueiredo, este declarou que o PS também optou pela abstenção na votação das propostas de Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Fixação de Taxas para 2026, destacando de forma positiva a integração de propostas do Partido no Orçamento, nomeadamente a qualificação dos espaços de Arte Viva e a valorização da "Assembleia Teatro", mas sublinhando que o documento não traduz mudança de estratégia nem reforço político, mantendo uma gestão corrente, persistindo



fragilidades na educação, saúde e desenvolvimento económico, com opções insuficientes ou desajustadas face aos recursos disponíveis, e que foram excluídas propostas esperadas pelo PS, como a reabilitação das fluências da água da Mamaparda e da Torreira, a preservação do sistema alternativo de abastecimento de água e a construção do Canil Municipal, consideradas essenciais à segurança do abastecimento e às necessidades da comunidade, concluindo que, no quadro da responsabilidade institucional, o PS opta pela abstenção, reafirmando que continuará a atuar de forma responsável, exigente e construtiva em defesa do interesse público e do futuro da Murtosa. (Doc. 14)-----

----- De seguida, foi elaborada a Ata em minuta (Doc. 15) e colocada à votação foi aprovada por unanimidade. -----

-----**3. Apresentação, discussão e votação da “Proposta fiscal para o ano 2026 – Fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis” – Deliberação de Câmara de 24.12.2025**-----

-----Dada a palavra ao Presidente da Câmara, este começou por dizer que, por facilidade e clareza, apresentaria de forma sintética cada um dos itens do pacote fiscal, lembrando que seriam votados individualmente.-----

-----Enfatizou a importância da sustentabilidade financeira do Município e afirmou que a manutenção das taxas aplicadas em 2025 garante equilíbrio e capacidade de intervenção. Abordando as propostas fiscais para 2026: manutenção do IMI urbano em 0,32%, próximo da taxa mínima, garantindo uma receita anual estimada em cerca de 1,5 milhões de euros; manutenção da participação variável no IRS em 4%, com devolução direta de 1% aos contribuintes e aplicação dos restantes 4% em investimento social; aplicação da taxa reduzida de derrama para pequenas empresas, conforme exigência legal.-----

----- Abertas as inscrições, pelo Presidente da Mesa, para quem quisesse intervir, inscreveram--se os Vogais Hugo Figueiredo e Bruno Oliveira. -----

-----No uso da palavra, apresentou uma proposta alternativa que incluiu a redução do IMI urbano para 0,31%, correspondendo a cerca de 46.000 euros de alívio fiscal direto, sustentável face ao saldo de gerência estimado entre 5 a 7 milhões de euros; redução da participação variável no IRS para 3%, com descida progressiva nos próximos anos, beneficiando aproximadamente 38.000€ (trinta e oito mil euros) aos Municípios; Isenção permanente da derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), com aprovação governamental.-----

-----Defendeu, de seguida, que reduzir impostos não compromete a Ação Social Municipal, respondendo ao argumento do Presidente da Câmara no sentido de que tal medida poderia prejudicá-la, e qualificou essa justificação como demagógica e infundada. Explicou que a ação social é financiada por múltiplas fontes, incluindo transferências do Estado, receitas próprias e fundos comunitários, e que criar uma relação de causa e efeito para bloquear o alívio fiscal constitui manipulação política (Doc. 16).-----

-----O Vogal Bruno Oliveira, no uso da palavra, destacou a visão integrada do pacote fiscal, que visa assegurar sustentabilidade financeira e equilíbrio para o Município, garantindo recursos para manter serviços essenciais e concretizar investimentos estratégicos. Disse que a taxa de IMI proposta de 0,32% está próxima da taxa mínima, tratando-se de uma medida justa e adequada que protege as famílias sem comprometer a estabilidade da receita municipal. Explicou que a política fiscal de apoio às famílias inclui deduções no IMI familiar, sendo 30,00€ (trinta euros) para um dependente, 70€ (setenta euros) para dois dependentes e 140€ (cento e quarenta euros) para três ou mais dependentes. Frisou ainda a eficácia que estas políticas apresentam na fixação da população no Concelho, refletido no aumento do número de habitantes no Concelho. Afirmou que manter a participação variável de 4% no IRS traduz-se numa opção de estabilidade e responsabilidade, sublinhando que parte desta receita fiscal é devolvida diretamente em ação social. Por fim, esclareceu que manter as taxas de derrama municipal em vigor assegura uma contribuição justa do tecido empresarial do Concelho. Neste sentido, declarou que a bancada do PSD votaria favoravelmente o pacote fiscal apresentado para 2026. (Doc. 16)-----

-----Assim, foram apresentadas duas propostas: a taxa de IMI de 0,32% aprovada pela Câmara Municipal e a taxa de IMI de 0,31% proposta pelo Partido Socialista (Doc.17).-----

-----A proposta da Câmara Municipal foi submetida a votação, sendo aprovada por maioria com os votos favoráveis do PSD e do JPM, e os votos contra do PS.-----

-----A proposta do PS foi submetida a votação, obtendo votos a favoráveis do PS e votos contra do PSD e do JPM, tendo sido reprovada, conforme registo de ata em minuta (Doc 18).-----

-----Após a elaboração da ata em minuta (Doc.19), relativamente à proposta aprovada, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- **4. Apresentação, discussão e votação da “Proposta fiscal para o ano 2026 – Redução da taxa de IMI” – Deliberação de Câmara de 24.12.2025** -----

-----O Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para intervenção dos Membros da Assembleia, não havendo qualquer pedido nesse sentido, passou-se à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- Após a elaboração da ata em minuta (Doc. 20), foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----A Vogal Ana Marques fez declaração de voto neste ponto (Doc.21), tendo sido esclarecido que, na certidão da ata da reunião do Executivo Municipal remetida à Assembleia, consta incorretamente o sentido de voto do Vereador do Partido Socialista. Contrariamente ao referido, o vereador do PS votou favoravelmente à redução da taxa do IMI a aplicar aos prédios ou partes de prédios destinados à habitação de curto prazo, considerando o número de dependentes nos termos do Código do IRS. Este lapso material já foi reportado pelo Presidente da Câmara Municipal e é aqui registado em nome da transparência, do rigor institucional e do respeito pela verdade das deliberações.-----

-----**5. Apresentação, discussão e votação da “Proposta fiscal para o ano 2026 – Participação variável no IRS” – Deliberação de Câmara de 24.12.2025**-----

-----Aberto o período de inscrições para intervenções, relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, não se registou qualquer inscrição.-----

----- Submetida à votação a proposta da Câmara Municipal a mesma foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis das bancadas do PSD e do JPM, e os votos contra da bancada do PS.-----

----- Na sequência, foi submetida à votação a proposta do PS (Doc. 22) relativa ao mesmo ponto da ordem de trabalhos. A proposta foi rejeitada, com os votos a favor do PS e votos contra do PSD e JPM, conforme registo de ata em minuta (Doc. 23). -----

----- Após a elaboração da ata em minuta (Doc.24), relativamente à proposta aprovada, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----**6. Apresentação, discussão e votação da “Fixação da derrama sobre o lucro tributável” – Deliberação de Câmara de 24.12.2025**-----

----- Aberto o período de inscrições para intervenções, relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, não se registou qualquer inscrição.-----

----- Relativamente ao ponto seis da Ordem de Trabalhos, apresentação, discussão e votação da proposta fiscal para o ano de 2026, fixação da derrama sobre o lucro tributável, a proposta

da Câmara Municipal foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com os votos favoráveis das bancadas do PSD e do JPM e os votos contra da bancada do PS.-----

----- A proposta do PS, (Doc.25) que previa a isenção da derrama para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, foi colocada à votação e rejeitada, com votos contra das bancadas do PSD e do JPM e votos favoráveis da bancada do Partido Socialista, conforme registo de ata em minuta (Doc 26). -----

----- Foi elaborada a Ata em minuta (Doc. 27), relativamente à proposta aprovada e colocada à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

**-----7. Apresentação, discussão e votação da “Proposta fiscal para o ano de 2026 – Benefícios fiscais referentes às áreas de reabilitação urbana” – Deliberação de Câmara de 24.12.2025-----**

-----O Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para intervenções. Não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, foi elaborada a Ata em minuta (Doc. 28) e tendo sido colocada à votação foi aprovada por unanimidade. -----

**-----8. Apresentação, discussão e votação da “Proposta fiscal para o ano de 2026 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem” – Deliberação de Câmara de 24.12.2025-----**

-----O Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para intervenções. Não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se à votação da proposta, tendo sido a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- A Vogal Angelina Figueiredo pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. -----

-----Tendo-lhe sido concedida a mesma pelo Presidente da Mesa, esta afirmou que o Movimento votou favoravelmente à proposta fiscal da Câmara Municipal da Murtosa por responsabilidade e equilíbrio, embora não concorde plenamente com a política financeira nem abdique da sua função fiscalizadora. Destacou que a manutenção das taxas evita impactos nos orçamentos familiares e na economia local, preservando a qualidade dos serviços públicos, e que o movimento continuará a exigir eficiência, qualidade e apoio às famílias e empresas.

(Doc.29)-----

----- Elaborada a Ata em minuta (Doc. 30) e colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

-----**9. Eleição dos novos representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR)**-----

-----Para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, inscreveu-se o Vogal Manuel Sebolão, que, tendo-lhe sido dada a palavra pelo Presidente da Mesa apresentou a proposta relativa à designação dos dois representantes, fundamentando-a na expressão das áreas florestais existentes nas freguesias do Bunheiro e da Torreira. (Doc. 31)-----

-----De seguida, pediu a palavra o Vogal Hugo Figueiredo, que, no uso da mesma, apoiou a proposta, considerando que a indicação dos presidentes de junta das freguesias mais expostas ao risco de incêndio assegura conhecimento direto do território e articulação eficaz com o planeamento municipal, sendo tecnicamente fundamentada e independente de lógicas partidárias. (Doc. 32)-----

-----A proposta conjunta das bancadas do PSD e do PS, que indicava Francisco Pereira, Presidente da Junta do Bunheiro, e André Pinho, Presidente da Junta da Torreira, submetida a votação foi aprovada por unanimidade.-----

----- Após, foi elaborada a Ata em minuta (Doc. 33) e tendo sido colocada à votação foi aprovada por unanimidade.-----

-----Terminado o Período da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa abriu o período para perguntas do público, tendo-se inscrito o cidadão Hugo Alexandre Fidalgo de Almeida, que sendo-lhe concedida a palavra, questionou a Mesa da Assembleia acerca da constituição e primeira reunião do Conselho Municipal de Trânsito.-----

-----O Presidente da Mesa deu conta de que iria encaminhar essa questão para o Sr. Presidente da Câmara Municipal e, logo que tivesse resposta, reencaminhá-la-ia para o interessado.-----

-----O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão às duas horas e um minuto do dia trinta e um de Dezembro, agradecendo a presença de todos.-----

-----**Deliberações aprovadas em minuta e para efeitos imediatos** – Durante a presente reunião foram aprovadas em minuta e para efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 3 do art.º 27.º do Código do 18 Procedimento Administrativo, as deliberações tituladas: “Apreciação, discussão e votação da proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento, mapa de Pessoal e atualização de taxas para o ano de 2026 - Deliberação de Câmara de 24.12.2025”; “Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano 2026 – Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis –

Deliberação de Câmara de 24.12.2025””; “Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano 2026 – Redução da taxa IMI – Deliberação de Câmara de 24.12.2025””; “Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano 2026 – Participação variável no IRS – Deliberação de Câmara de 24.12.2025””; “Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano 2026 – Fixação da derrama sobre o lucro tributável – Deliberação de Câmara de 24.12.2025””; “Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano 2026 – Benefícios fiscais referentes às áreas de reabilitação urbana – Deliberação de Câmara de 24.12.2025””; “Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano 2026 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem – Deliberação de Câmara de 24.12.2025””; “Eleição dos novos representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR)”-----

----- Em 2026/01/08, a Vogal Angelina Figueiredo remeteu um email para o endereço eletrónico da Assembleia Municipal, dirigido ao Presidente da Mesa, em que, “... *na qualidade de Representante dos Deputados Municipais eleitos pelo Movimento Juntos Pela Murtosa/JPM e após a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, verificando um erro na Declaração de Voto ...*” solicitava que se considerasse a que seguia em anexo, “... *devidamente corrigida*”. Assim, tanto o email, referido, assim como o documento anexo, foram juntos aos documentos da Sessão desta Assembleia.-----

*António Pinz dos Santos Lourenço*  
*Mónica Alexandra Correia Furtos Barba*  
*Breno Rafael Ribeiro*



  
M. Barbosa  
Doc 1

**PROPOSTA DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA INSCRIÇÃO DA  
CANDIDATURA “BARCO MOLICEIRO: ARTE DA CARPINTARIA NAVAL DA  
REGIÃO DE AVEIRO” NA LISTA DE PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA  
UNESCO**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal*  
*Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal*  
*Exmo. Membros do Executivo*  
*Exmos. Membros da Assembleia*  
*Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

No passado dia 9 de dezembro, na cidade de Nova Deli, na Índia, a UNESCO aceitou e inscreveu a candidatura “Barco Moliceiro: Arte da Carpintaria Naval da Região de Aveiro” na Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente da UNESCO.

Este momento histórico, testemunhado, na Índia, por uma comitiva da Região de Aveiro onde se incluía o Presidente da Câmara da Murtosa, representou o culminar de um intenso trabalho de preparação, com a recolha de elementos documentais e testemunhos, complementados com a definição de uma estratégia de divulgação e salvaguarda, permitindo a construção de uma candidatura credível e robusta, que mereceu do comité da UNESCO uma aprovação por unanimidade.

Tendo sido uma candidatura promovida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, unindo todos os 11 municípios neste objetivo comum, creio ser justo realçar o papel fundamental que o Município da Murtosa teve no sucesso desta iniciativa, pois é precisamente no nosso território que encontramos a quase totalidade dos moliceiros que mantêm as características tradicionais e que podemos apreciar, em todo o seu esplendor, nas regatas que, anualmente, por cá se realizam.

O Município da Murtosa, fazendo jus ao seu lema de “Coração da Ria e Pátria do Moliceiro”, muito tem feito pela preservação dos barcos moliceiros, numa estratégia clara de valorização deste património. São disso exemplo a organização das regatas de barcos moliceiros; a construção do Estaleiro-Museu do Monte Branco, na Torreira e, mais recentemente, a consensualização, com a DGRM, de um procedimento simplificado de licenciamento de novas embarcações, com a disponibilização gratuita de um projeto-tipo e o apoio logístico e burocrático.

Estão, por isso, de parabéns todos aqueles que, com o seu saber e generosidade, têm contribuído para a perpetuação deste legado único que agora ganhou honras de Património Imaterial da Humanidade, dos construtores aos pintores, passando pelos arrais, tripulações e proprietários das embarcações.

A inscrição do Moliceiro e da Carpintaria Naval da Região de Aveiro na Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente da UNESCO trará uma visibilidade e uma projeção mundial à nossa região, gerando, ao mesmo tempo uma enorme responsabilidade aos territórios da Ria de Aveiro, na implementação de medidas capazes de manter e dar nova dinâmica a esta arte identitária.

Considerando a importância desta classificação, para Portugal, para a Região de Aveiro e para a nossa Murtosa, na certeza de se acompanhar aquele que é o sentimento generalizado de orgulho dos nossos concidadãos, proponho que a Assembleia Municipal da Murtosa aprove um voto de congratulação pela inscrição do Barco Moliceiro e da Carpintaria Naval na Lista do Património Cultural Imaterial da UNESCO.

Francisco Pereira

Membro da bancada do PSD na Assembleia Municipal

**Voto de Louvor**

Doc 2



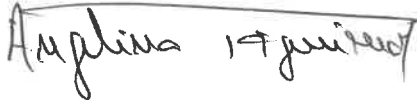
H. Barber

O Movimento Juntos pela Murtosa/JPM , no âmbito da elevação do “Barco Moliceiro e da Arte da Carpintaria Naval Tradicional” a Património Imaterial da Humanidade e honrando a memória dos Mestres Carpinteiros, invocando a família “Raimundo” e nas suas pessoas todos os que já partiram, propõe um voto de louvor a título póstumo, pelos honrosos serviços prestados em prol da existência desta Arte Tradicional.

No mesmo âmbito, e nas pessoas do Mestre José Rito e do Mestre Marco Silva propõe um voto de louvor para estes construtores navais tradicionais e para todos os timoneiros que teimam em manter vivo e dar continuidade a este património, o nosso ex-libris que continua a sulcar as águas prateadas da Ria.

Murtosa, 30 de dezembro de 2025

Angelina Figueiredo (Deputada pelo JPM)



Angelina Figueiredo



Doc 3

## **Assembleia Municipal da Murtosa**

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal**

**Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal,**

**Exmos. Membros da Assembleia Municipal,**

**Exma. Vereação,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

O Partido Socialista saúda e felicita, de forma muito clara e convicta, os 11 Municípios da CIRA e em particular o Município da Murtosa pela decisão de avançar, de forma conjunta, para o processo de classificação e inscrição do “Barco Moliceiro” como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Estamos perante um passo histórico, que reconhece o “Barco Moliceiro” não apenas como uma embarcação tradicional, mas como um património coletivo, identitário e vivo, profundamente ligado à história, à economia, à cultura e ao modo de vida das populações da Ria de Aveiro.

Este é um motivo de satisfação para todos os Municípios da CIRA, mas em particular para o nosso concelho, tantas vezes justamente designado como a “Pátria do Barco Moliceiro”, território onde se concentra a grande maioria das embarcações existentes, onde subsiste o saber-fazer, a construção naval tradicional, a transmissão intergeracional de conhecimentos e uma ligação diária e autêntica a este património singular.

Neste mesmo espírito de valorização do património imaterial, importa igualmente enaltecer a realização da “Grande Regata dos Moliceiros da Região de Aveiro”, organizada pela CIRA em parceria com a Associação Náutica da Torreira, que no passado dia 5 de julho, ligou a *Praia do Monte Branco*, na Torreira, ao Cais do Sal, em



## Assembleia Municipal da Murtosa

Aveiro, num desfile notável de 17 embarcações tradicionais.

Este evento é um exemplo claro de cooperação intermunicipal, de mobilização comunitária e de afirmação pública do “Barco Moliceiro”, enquanto símbolo identitário de toda a nossa Região de Aveiro.

A classificação e a inscrição na UNESCO são, sem dúvida, um motivo de orgulho coletivo. Mas não podemos permitir que este reconhecimento se fique apenas pelo plano simbólico. Preservar o património imaterial exige ação concreta, contínua e sustentada.

Não basta uma “palmada nas costas” nem uma “medalha de mérito” aos timoneiros destes moliceiros. É fundamental materializar este reconhecimento em apoio efetivo, persistente e estruturado.

É necessário:

- Construir cais apropriados para estas embarcações e assegurar a manutenção dos existentes, garantindo condições dignas de atracagem e preservação;
- Apoiar de forma clara e consistente a construção naval tradicional, ela própria também inscrita como património cultural imaterial, garantindo que os estaleiros, os mestres construtores e os saberes associados não desaparecem;
- Melhorar substancialmente a comunicação e a divulgação do “Barco Moliceiro”, hoje um pouco deficitária, muitas vezes tardia e, permitam-me o “bairrismo”, muito centrada no canal urbano de Aveiro, onde não navega o “Barco Moliceiro” tradicional, mas sim o chamado “barco turisteiro”, muito importante, sem dúvida, mas que não pode, nem deve, substituir o património original;
- Criar incentivos mais consistentes e critérios rigorosos, de modo a evitar a proliferação de réplicas de dimensões reduzidas, que descaracterizam o “Barco Moliceiro” e colocam em causa a sua autenticidade patrimonial.



## **Assembleia Municipal da Murtosa**

Se queremos honrar verdadeiramente o reconhecimento da UNESCO e preservar a nossa identidade, temos de garantir que o “Barco Moliceiro” continue a navegar, a ser construído, a ser vivido e transmitido às futuras gerações, e não apenas exibido como peça decorativa ou símbolo turístico.

O Partido Socialista reafirma, por isso, o seu compromisso com uma política de património que seja exigente, coerente e consequente, ao serviço das comunidades, da identidade regional e da valorização efetiva do nosso património cultural imaterial.

**Muito obrigado.**

*Hugo Figueiredo*

Digníssimos Membros desta Assembleia Municipal

Exmo Sr Presidente da Câmara



Handwritten signature and the text "DOC 4" in a stamp-like font.

Acaba de fazer 60 dias que tomámos posse como Executivo da Junta da Torreira. O povo cansou-se, sentiu humilhação e quis a mudança.

Do seu Município, até hoje só se recebeu uma promessa vã de diálogo sem qualquer correspondência real de ação.

Sr Presidente, o povo da Torreira cansou mesmo e já não tem tempo para esperar. Queremos uma delegação de competências atualizada, justa e eficaz, não ultrapassada e velha de 7 anos. É desleixo e falta de ambição a mais. Diálogo só sem enrolar- para isso, basta o mar da Torreira que enrola na areia os 365 dias do ano.

Sr Presidente, depois do monumental esquecimento daquela população, vossa excelência pôs a Torreira no mapa nacional. Fomos a única freguesia do país que este ano teve dois apagões. Não bastava o de abril e, na época de Natal fomos brindados com o apagão das luzes ornamentais, a cargo do Município. Triste demais, é inaceitável haver tanta discriminação e tanta falta de rigor e empenho em tratar com igualdade os Municípios.

Hoje, para não ficarmos aqui a enrolar no diálogo vão de promessas, o povo da Torreira quer ação e já! Digo mesmo, era tudo para ontem. Convido todos para vir agora, em pensamento, á rainha da beleza natural, a Torreira.

Sr Presidente, venha á frente fazer as honras da casa. Temos de estar os dois de mangas arregaçadas, a resolver de imediato 5 urgências que encontramos nessa visita- só 5, porque são os dedos da mão posta á obra.

Começamos na sala de visitas da Torreira, que é o espaço da Ria frente á náutica, onde o Porto de Aveiro tirava em outubro último, depois em novembro, dezembro já passou, e aquele perigo para a navegação e o escarro visual persiste em lá ficar. Sr Presidente, se até ao dia 15 de janeiro,

o Porto de Aveiro não tiver iniciado a remoção, o executivo da Junta da Torreira fará o protesto que se impõe.

Depois, ali chegados, queremos que olhe para as estradas e iluminação da vila. São muitas as zonas que carecem de luz. E quanto ás estradas, é mais do mesmo, nada! Assim nem com diálogo dá. É urgente, os buracos e depressões são mais que muitos.

Agora imagine Sr Presidente, que os convidados nesta visita á Torreira querem ir ao mercado. É uma epopeia trágica, aquele largo, a rua Henrique José Tavares Júnior, e tantas outras que assinalámos, para estar tudo na mesma. Nada se moveu!

Por falar em mover, o nosso extinto campo de futebol está mesmo fadado a ser a sepultura eterna da lixeira pública. Sr Presidente, ou resolvemos ou resolvemos. É que é mesmo para ontem! Depois do finado campo de futebol, o atual de 5, junto do pavilhão está em degradação acelerada. É urgente a sua requalificação.

Passemos só de relance no largo da Varina que é uma grande preocupação pelo estado do seu chão degradado, com tampas de visita partidas até nos quadros elétricos, autêntico perigo para idosos e crianças. É revoltante demais e não há mesmo diálogo que não nos indigne.

Muito importante e definidor do futuro que queremos para a Torreira é a auto construção, apoiando os jovens com maiores carências económicas. Não pode ser um programa velho e perdido no mar de promessas. Urge avançar e ver a luz do dia, já!

Por fim, ninguém convida para sua casa, sem oferecer as condições mínimas. Sr Presidente, as nossas visitas podem precisar de satisfazer as suas necessidades mais básicas, tal como os milhares de visitantes ao longo do ano, e não têm como as satisfazer que não seja nas dunas, em infração ambiental e ao léu.

Atrevo a dizer que seremos das únicas praias deste país que não têm as instalações sanitárias abertas para quem nos visita. É mau de mais, estamos no século XXI.

Sr Presidente, de si espera-se que seja parte da solução para mudar o futuro da Torreira. Só falei de 5 carências, as de uma mão. E no dia 19 de janeiro próximo, dia da nossa reunião, vai trazer a outra mão arregaçada e faremos frente aos outros problemas que na Torreira não são menos urgentes. Sr presidente, vamos ao diálogo na ação! O povo da Torreira não vai perdoar.

Disse,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Murtosa  
Exmo. Presidente da Câmara Municipal  
Exma. Vereação  
Exmos Deputados Municipais  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Cumprimento todos os presentes. É com orgulho e satisfação que regresso à nossa "Casa da Democracia" que é a Assembleia Municipal e no início dos trabalhos deste mandato reitero o compromisso que assumi, quando da minha tomada de posse, de dar o meu contributo para a apresentação e resolução dos problemas da nossa terra, de forma construtiva e responsável, mas sem abdicar do direito à discordância fundamentada, ao questionamento e ao direito à indignação, sempre que os direitos dos munícipes sejam postos em causa ou esquecidos pelo Poder Autárquico, em exercício. Lanço um repto a todos os membros desta Assembleia, que foram eleitos pelos Murtoseiros que se sintam obrigados a apresentar os seus contributos para a resolução dos problemas desta terra, não se limitando ao silêncio ou a uma opinião "acrítica" sobre a ação da Câmara Municipal. Objetivo um debate participado e interventivo de todos os membros deste Orgão, porque os "monólogos" não são marcas de uma democracia representativa. A Assembleia não deve constituir-se como um órgão de obstrução à ação do Executivo Camarário, ou a sufragar de uma forma elogiosa permanente, toda a atividade desenvolvida, mas acima de tudo, deve exercer a sua função de fiscalização, acompanhamento e questionamento das suas deliberações. Entendo que a legitimidade da existência do Poder Autárquico, sufragado em eleições, decorre da necessidade dos cidadãos disporem de "alguém mais próximo" com competência e em quem confiam, para resolverem alguns dos problemas com que se deparam, no quotidiano. Podemos divergir nas ideias, nas estratégias, o que é salutar, mas convergimos, certamente, na vontade de contribuir para o desenvolvimento e progresso da nossa Terra. É do confronto com elevação, e do debate de ideias que poderão surgir outras mais válidas, que nos farão caminhar em frente.

**O Homem dignifica-se, a democracia fortalece-se e a Comunidade ganha quando sabemos conviver respeitosamente com as nossas diferenças.**

Teremos, em conjunto, poder e oposição encontrar os vetores de desenvolvimento da nossa terra e os mecanismos mais ajustados à valorização dos nossos recursos naturais (património natural, ria e mar) visando o desenvolvimento sustentável do nosso território, a fruição dele pelos munícipes e por aqueles que nos visitam (turismo de qualidade), a fixação da população residente e a atração de outra de fora (criação de infraestruturas, habitação acessível, empregabilidade)

Constata-se estagnação e um baixo aproveitamento, no setor secundário, (indústria) (apesar da iniciativa da 3ª fase da zona industrial) que poderia ser um dos vetores de desenvolvimento do Concelho. Temos um parque industrial constringido pela falta de acessibilidades céleres aos grandes eixos viários (A1 e A29) e ao ferroviário, o que dificulta a atração de novos empresários deste setor e a baixa empregabilidade. No setor primário, no referente à agricultura, continuam por legalizar a maioria das explorações agropecuárias, com as inerentes consequências futuras. Ausência grave de tratamento dos efluentes com prejuízo do ambiente e da saúde.

Saliento alguma evolução na valorização e aproveitamento do nosso património natural e ambiental, nomeadamente, na vertente da sua fruição pelos residentes, quer pelo turismo (através da Murtosa ciclável, percursos da NaturRia, ( embora carecidos de manutenção) praia da Torreira e Monte Branco, espaços museológicos, passadiços...), mas ainda teremos muito a crescer nesta área, sobretudo no seu aproveitamento integrado e na sua divulgação mais alargada... esta valência já desenvolveu sinergias, trazendo algum dinamismo à economia local, sobretudo à área da restauração.



Devemos ser audazes no sonho... e pragmáticos na análise e utilização ajustada dos nossos recursos, potencializando-os, na senda de um progresso humanizado!

Quero referir, também, alguns progressos verificados na vertente cultural, no nosso Concelho, traduzidos na oferta de eventos culturais, apresentados nos diversos Espaços, de cariz musical, artes visuais, artesanato, literário e outros...mas salientar, de forma relevante, a integração do "Barco Moliceiro e a Arte da Carpintaria Naval da Região de Aveiro" na lista de salvaguarda urgente de patrimónios imateriais da Humanidade. Mas este honroso distintivo não basta, são urgentes estratégias, que envolvam os municípios da Ria, os poucos mestres de carpintaria naval existentes, a Universidade de Aveiro, as Escolas da região, o Turismo Centro de Portugal, para que este património seja dado a conhecer aos jovens e estudadas formas de os atrair para a sua preservação e para lhe dar continuidade .

Saliento, após as últimas eleições, o trabalho positivo de proximidade com os fregueses, e com as Instituições, realizado nas 4 freguesias (com alguma relevância na Freguesia da Murtosa) quer em algumas atividades de carácter cultural e solidário nesta época natalícia, mas também na resolução de alguns problemas, relativos a limpeza e pequenos arranjos na via pública. Aplaudo a divulgação do trabalho realizado, nas redes sociais, iniciado pela Junta de Freguesia da Murtosa e seguido por outras. É atuando com eficiência que se resolvem os problemas e nunca adiando-os...temos que ser proficientes nas coisas que nos parecem "menores"...temos que tapar as brechas dos alicerces, para que as paredes possam desafiar os céus!

Saúdo as iniciativas do Executivo Camarário, seguindo a tradição natalícia dos anos anteriores, de oferecer uma prenda de Natal às crianças do Concelho e de visitar e entregar um presente aos idosos dos Lares e IPSS.

Agradeço a amabilidade do belo cartão de Boas Festas que me foi endereçado pelo Senhor Presidente da Câmara, Eng<sup>o</sup>. Januário, em representação do Município.

Mudando de assuntos...

- Comemoração do Centenário do Município/ Comissão de Honra – escreveu Raul Brandão referindo-se às mulheres da beira ria " As mulheres desenvolvem neste ambiente uma alma serena e respondem ao sorriso da luz com um sorriso de ternura. São como certas flores, criadas num momento feliz que atingem a perfeição" "...a mulher da Murtosa é baixa e atarracada, mas mulher capazona, forte, que trabalha, cuida dos filhos, muitas vezes, sozinha e ainda da casa"...questiono o Senhor Presidente da Câmara : será que as mulheres da Murtosa no decorrer destes 100 anos evoluíram em estatura física, são mais esbeltas, mas regrediram na craveira intelectual, serão tidas por "atarracadas" nesta dimensão? Não seremos "perfeitas" como as flores (que não existem nos jardins públicos do Concelho), mas somos mulheres "capazonas", empoderadas, que se têm revelado nas diversas vertentes da sociedade murtoseira e não só! Porque é que a Comissão de Honra das Comemorações do Centenário é constituída ,maioritariamente, por homens (a quem reconheço valor) e apenas integra uma mulher? Quais os critérios que presidiram à sua constituição? Não sou, nem represento qualquer movimento feminista, mas assumo o direito à indignação perante este procedimento retrógrado, não consentâneo com uma sociedade igualitária.
- Iluminações de Natal – registo o bom gosto das iluminações natalícias no centro do Município e nas ruas circundantes, assim como as diversões destinadas às crianças na Praça Jaime Afreixo. No entanto, as ornamentações das Rotundas a cargo das Associações e Coletividades do Concelho, salvo poucas exceções, estão manifestamente , pouco cuidadas. Sugiro que no próximo ano esta situação seja revista.
- Relativamente às ornamentações na Vila da Torreira, questiono o porquê de tardia, pobre e pouco cuidada?
- Fibra ótica - pergunto se é previsível cobertura generalizada em toda a freguesia, uma vez que já há em alguns pontos?



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "N. Barão".

- Relativamente às “Obras Públicas em Perspetiva”, no ponto “Reabilitação das Margens da Ria junto ao Cais do Guedes” que estruturas estão abrangidas nesta zona?
- Freguesia do Bunheiro – verifica-se por toda a rede viária um progressivo estado de degradação do seu piso, cujos pontos mais críticos são : estrada 224-2, sobretudo no entroncamento com a Rua do Estrepal e o entroncamento com a Travessa da Formiga e a Rua Arcebispo Cangranor, junto ao cais do Mancão, aqui já de forma repetida. Para quando será possível a resolução destas situações?

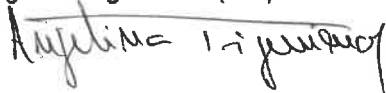
O Novo Ano está a chegar, unamo-nos no objetivo de contribuir, mesmo que seja com uma simples atitude positiva, para que 2026, nos revele um Mundo mais promissor para todos, alicerçado, não em princípios economicistas redutores, mas em valores éticos que respeitem os direitos básicos dos cidadãos que andam, frequentemente, tão esquecidos, daqueles que assumiram a responsabilidade do governo das Nações.

Um excelente 2026 para todos!

Obrigada.

Murtosa, 30 de dezembro de 2025

Angelina Figueiredo ( Deputada Municipal pelo JPM)



Handwritten signature of Angelina Figueiredo in black ink.

**Assunto:** Fwd: Intervenção AM 30/12/2025  
**De:** Hugo Rebimbas <hugorebimbas@gmail.com>  
**Data:** 30/12/2025, 22:42  
**Para:** e.soares@cm-murtosa.pt

  
Doc 6

Boa noite Elisabete.  
Conforme solicitado, encaminho a intervenção de hoje.

----- Forwarded message -----

**De:** Hugo Rebimbas <hugorebimbas@gmail.com>  
**Date:** terça, 30/12/2025, 17:08  
**Subject:** Intervenção AM 30/12/2025  
**To:** Hugo Rebimbas <hugorebimbas@gmail.com>

Obrigado, Sr. Presidente,  
Cumprimento-o a si e aos restantes elementos da mesa, membros do executivo, colegas membros desta assembleia, público em geral.

O assunto que trago hoje para esclarecimento tem que ver com a Empreitada de "Pavimentação de Arruamentos no Concelho da Murtosa", adjudicada à empresa Carlos Pinho pelo valor de 615.636,06€ e com um prazo de execução previsto de 180 dias.

Antes de mais, permitam-me um pequeno aparte, uma vez que enquanto procurava alguma informação auxiliar para esta minha intervenção, deparei que a Ata de Reunião de Câmara do passado dia 24 de dezembro, apesar de disponibilizada aos membros desta assembleia, não se encontra eletronicamente acessível ao munícipes no site do município. Sendo este um documento público, e tendo em conta a importância dos assuntos que serão debatidos hoje nesta Assembleia, questiono o porquê da morosidade na divulgação do documento e se não se deve à comunidade murtoseira o direito ao acesso a estas Atas em tempo útil.

Relativamente à empreitada das pavimentações, como vinha dizendo, segundo consegui apurar, o Plano de Segurança e Saúde foi aprovado por despacho do Sr. Presidente da Câmara a 10 de julho de 2025 (conforme consta na Ata de Reunião de Câmara 15/2025, de 17 de julho), iniciando-se, desta forma, a contagem legal do prazo para a execução dos trabalhos.

Conforme já referido, o prazo previsto da empreitada é de 180 dias, sendo que o mesmo se esgotará já na próxima segunda feira, dia 5 de janeiro.

- Posto isto, importa dizer que, até à data de hoje, não existe sinalização horizontal em nenhum dos arruamentos intervencionados. Questiono se, e para quando, estão previstos estes trabalhos, lembrando uma vez mais a data de término legal de prazo na próxima segunda feira;

- Questiono relativamente à Rua Alexandre Herculano, identificada como um dos arruamentos a intervir e que, até à data, não foi alvo de qualquer trabalho de pavimentação;

- Pergunto se pode o município assegurar que não houve entupimento de nenhuma das sarjetas existentes nestes arruamentos, evitando que se comprometa, desta forma, a regular drenagem das águas pluviais;

- Questiono qual a solução que o Município exigirá à Entidade Executante para retificação do estado do pavimento da Rotunda junto à Caixa de Crédito Agrícola. ou seja, se o trabalho será feito na totalidade ou o atual estado degradante do pavimento será apenas pontualmente remendado. Lembramos que se trata de uma obra nova e que deverá carecer de vistoria para efeitos de receção provisória;

- Por fim, e em função dos factos que elenquei, questiono se está prevista alguma prorrogação legal do prazo da empreitada e, se sim, qual a sua justificação.



*[Handwritten signature]*  
M. Bouza  
DUC 7

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal  
Exmos. Membros do Executivo  
Exmos. Membros da Assembleia  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

A época natalícia é, tradicionalmente, um tempo de encontro, de partilha e de proximidade. É um período em que se reforçam laços, se valorizam as comunidades e se procura criar momentos de alegria, solidariedade e esperança, capazes de unir pessoas e gerações. É também uma altura em que se espera que o espaço público ganhe vida, que as tradições sejam celebradas e que o espírito comunitário se torne mais visível.

Foi precisamente isso que aconteceu, ao longo desta quadra festiva, no nosso concelho, motivo pelo qual peço o uso da palavra para enaltecer e valorizar o conjunto de iniciativas natalícias que deram vida, cor e alegria à nossa Murtosa.

Em primeiro lugar, uma palavra de reconhecimento ao Município e às Juntas de Freguesia pelo esforço conjunto na dinamização de atividades de Natal um pouco por todo o território. Foram iniciativas que promoveram o convívio, a proximidade e a partilha, envolvendo famílias, crianças, jovens e seniores, e que contribuíram claramente para reforçar a atratividade do concelho nesta época tão especial. Este trabalho articulado demonstra que, quando existe cooperação institucional, os resultados são visíveis e sentidos pela população.

Quero também destacar, de forma muito particular, o papel das associações e coletividades locais na decoração das rotundas e dos espaços públicos. Este envolvimento voluntário e criativo é um verdadeiro exemplo de espírito de comunidade, de sentido de pertença e de orgulho no nosso concelho. Cada rotunda decorada, cada espaço embelezado, refletiu horas de dedicação, trabalho voluntário e amor à terra, transformando o espaço público num espaço vivido e sentido por todos. As decorações, são muito mais que decorações; são o espelho da afirmação de cidadania ativa e de coesão social.

Enaltecendo as diversas iniciativas natalícias promovidas pelas coletividades locais, destaco, os passeios motards de Natal organizados pela Associação Murtosa Motards e pelos Amigos Mistos, que aliaram o espírito solidário ao convívio e à tradição, levando a magia do Natal a diferentes pontos do concelho e, em muitos casos, a quem mais precisa.

Uma palavra também para as diversas animações de Natal do GMB e pela organização do Espetáculo Solidário “A Magia do Natal”, que proporcionou um momento cultural de elevada qualidade, enriquecendo a programação natalícia e reforçando um valor fundamental à vida em comunidade – a solidariedade.

Por fim, uma referência ao Desfile Noturno de Tratores, organizado pela Comissão de Festas de Nossa Senhora da Natividade. Uma iniciativa mobilizadora, que demonstra bem como as tradições, quando reinventadas, conseguem unir gerações, envolver a comunidade e criar momentos únicos que ficam na memória coletiva.

**Senhor Presidente,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Tudo isto demonstra que o Natal no nosso concelho é, acima de tudo, um trabalho de equipa: das instituições, das associações, das coletividades e dos cidadãos. É este espírito de colaboração, voluntariado e compromisso com a comunidade que devemos continuar a valorizar, apoiar e incentivar.

Permitam-me, para terminar, **demonstrar o meu apreço ao Executivo da Câmara Municipal, recentemente eleito, pela continuidade dada a esta iniciativa**, reconhecendo as claras vantagens que ela traz na construção da sociedade murtoseira: uma sociedade cada vez mais participativa, mais solidária, mais coesa e com um forte sentido de identidade coletiva.

Que este seja o caminho a manter e a reforçar, porque investir na comunidade é, sem dúvida, investir no futuro da Murtosa.

Muito obrigado.

  
Cecília Sousa

Membro da bancada do PSD na Assembleia Municipal

# JPM

**Na PAOD, o membro da JPM, Sérgio Domingo de Oliveira da Silva, deixou duas questões ao executivo da Camara Municipal da Murtosa.**

**1ª) Gostaria de saber como está a situação da LUZ no Cais da Cova do chegada, uma vez que, foi-nos informado na reunião com a Camara dia 27/11/2025, que estava prestes a ser resolvido. O executivo da Junta de Freguesia da Murtosa; é "bombardeado" por parte dos pescadores e o desespero de quem quer trabalhar de noite, nas respetivas mares e não conseguem.**

**2ª) Gostaria de saber desde quando tem conhecimento que chovia dentro das instalações da Junta de Freguesia da Murtosa? dentro do mesmo tema: Gostaria de saber o que se pretende fazer com o Espolio do Museu Etnográfico que lá existe.**

**Assunto:** PAOD Membro JPM - Sérgio Domingo de Oliveira da Silva

**De:** Sérgio Silva <sergiodomingooliveira@gmail.com>

**Data:** 02/01/2026, 21:30

**Para:** e.soares@cm-murtosa.pt

Boa noite Dr<sup>a</sup> Elisabete, conforme combinado, junto em anexo, para ficar em ata, assembleia ordinária de 30/12/2025, as minhas questões ao executivo da Câmara.

Abraço e bom fim de semana.

— Anexos:

---

JPM.pdf

48,9KB



## **Município da Murtosa**

---

**Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, acerca da atividade municipal entre 15 de setembro de 2025 a 24 de dezembro de 2025**

**Assembleia Municipal  
Sessão de 2025/12/30**

### **TRABALHOS EXECUTADOS PELOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL**

- Foi efetuada limpeza a espaços públicos.
- Foi efetuada reposição/substituição de sinalização de trânsito;
- Foi efetuada a execução e substituição de grelhas de sarjetas;
- Foi efetuada a reposição de calçada danificada em passeios;
- Foi dado apoio logístico aos seguintes eventos:
  - Exposições diversas;
  - Concertos;
  - XVII Festival Gastronómico da Enguia;
  - Desfile de Halloween;
  - Corta-Mato Escolar da PAMF e da EBI da Torreira;
  - Iniciativa Natal na Praça;

### **OBRAS PÚBLICAS EM EXECUÇÃO**

Encontram-se em execução as seguintes obras:

- Empreitada de “Construção da Rede de Saneamento nas Quintas do Sul, no valor de 2.480.000,00€, promovida pela ADRA;
- Empreitada “Águas residuais de Cabo Gião Torreira (PAR004 e PAR005) – Murtosa”, com o valor base de 600.000,00€, promovida pela ADRA;

- Empreitada de Construção da Rede de Águas Residuais nas Quintas do Norte, no valor 2.600.000,00€, promovida pela ADRA.
- Empreitada de “Construção do Mercado Municipal”;
- Empreitada de “Beneficiação e Pavimentação de Arruamentos no Concelho – março de 2023”;
- Manutenção e Reparação em Blocos de Habitação Social na freguesia da Torreira
- Empreitada de Requalificação da Envolvente ao Lavadouro no Bunheiro;
- Empreitada de Beneficiação e Requalificação da Rua da Igreja, Bunheiro
- Reparação e Substituição de Elementos em Madeira na Avenida de Newark, Bar da Saldida, Edifício da Porta da Ria e Marina da Torreira

#### **OBRAS PÚBLICAS EM PERSPETIVA**

- Beneficiação e Pavimentação de Arruamentos no concelho da Murtosa - Julho 2025
- Reparação de Valas de Drenagem de Águas Pluviais
- Reparação e Conservação de Caminhos Ribeirinhos
- Reabilitação das Margens da Ria junto ao Cais do Guedes
- Empreitada de Reabilitação do Cineteatro da Murtosa;

## **APOIO À COMUNIDADE EDUCATIVA E ÀS COLETIVIDADES**

### **RANCHO FOLCLÓRICO “OS CAMPONESES DA BEIRA RIA”**

A Câmara Municipal deliberou atribuir ao Rancho Folclórico “Os Camponeses da Beira Ria”, um apoio financeiro de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), destinado à comparticipação dos custos associados à operacionalização do concurso de Rugas, que teve lugar no dia sete de setembro, inserido no programa das Festas em Honra do S.Paio 2025.

### **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Associação Portuguesa de Educação Ambiental, um subsídio no valor de 1.790,00€ (mil, setecentos e noventa euros), destinado à comparticipação da iniciativa “BlueNIGHTS Torreira 2025 – Mar e Ciência” que decorreu na Torreira, no dia 26 de setembro, trazendo a esta localidade um grupo de docentes e investigadores da Universidade de Aveiro, com intuito da promoção do conhecimento e a sensibilização das crianças e jovens para a Ciência e o Ambiente.

### **FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DA MURTOSA**

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Murtosa, um apoio financeiro de 5.000,00€ (cinco mil euros), para aquisição dos materiais necessários para vedação da sede do Agrupamento 190 da Murtosa.

### **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO DO 1.º CICLO DO CELEIRO E DE S. SILVESTRE**

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Jardins Infância e Escolas do Ensino Básico de 1.º Ciclo do Celeiro e S. Silvestre, um apoio financeiro de 1.320,00€ (mil, trezentos e vinte euros), para comparticipação das atividades da mesma.

### **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB TORREIRA**

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB Torreira, um apoio financeiro de 2.400,00€ (dois mil e quatrocentos euros), para comparticipação das atividades da mesma.

## **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA SALDIDA**

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar da Saldida, um apoio financeiro de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), para comparticipação das atividades da mesma.

## **ASSOCIAÇÃO CULTURAL BUNHEIRENSE**

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Associação Cultural Bunheirense, um apoio financeiro no valor de 1.000,00€ (mil euros), para comparticipação das despesas associadas com a organização do Passeio Equestre, no âmbito da X Feira Agrícola da Murtosa.

## **GRUPO RECREATIVO MARIA'S HÁ MUITAS**

A Câmara Municipal deliberou atribuir ao Grupo Recreativo Maria's Há Muitas, um apoio financeiro no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), para comparticipação das despesas associadas com a promoção de um espetáculo, no âmbito da X Feira Agrícola da Murtosa.

## **CONFRARIA GASTRONÓMICA O MOLICEIRO**

A Câmara Municipal deliberou atribuir à Confraria Gastronómica O Moliceiro, um apoio financeiro no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), para comparticipação das despesas associadas à organização do XXVI Convívio Cicloturístico e do XVII Festival da Enguia.

## **“GERAÇÕES ALTRUÍSTAS ASSOCIAÇÃO”**

A Câmara Municipal deliberou atribuir à “Gerações Altruístas Associação”, um apoio financeiro no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), destinado a fazer face aos custos com a organização do 42.º Festival da Canção – Murtosa 2025.

## **EDUCAÇÃO/CULTURA/ACONTECIMENTOS**

### **CAMINHADA FOTOGRÁFICA “RIA ADENTRO”**

Para assinalar o Dia Mundial do Turismo, no sábado, 27 de setembro, os Municípios de Ovar, Estarreja e Murtosa promoveram, juntos, uma caminhada fotográfica que explorou o património natural dos três territórios.

A caminhada fotográfica pela Ria de Aveiro, teve início no CAO – Centro de Arte de Ovar, com destino ao primeiro ponto de interesse: o Bio Ria em Estarreja. A paragem seguinte foi na Murtosa, e contemplou uma visita aos Cais daambeia e do Bico.

### **BLUE NIGHTS**

No dia 26 de setembro, a Assembleia Theatro da Torreira recebeu mais uma edição do Blue Nights, com uma programação muito diversificada, desde exposições, atividades, demonstrações e conversas, e contando com programas abertos às escolas.

Esta iniciativa, teve o apoio da Câmara Municipal da Murtosa e ASPEA (Associação Portuguesa de Educação Ambiental), celebrando a Noite Europeia dos Investigadores 2025, e contou com a presença de vários investigadores da Universidade de Aveiro.

### **FESTIVAL DA ENGUIA**

A Murtosa acolheu o XVII Festival Gastronómico da Enguia, organizado pela Confraria Gastronómica “O Moliceiro”, em parceria com o Município da Murtosa.

Esta edição concretizou-se ao longo de três fins de semana (27 e 28 de setembro, 4, 5, 18 e 19 de outubro), na COMUR-Museu Municipal da Murtosa.

### **APRESENTAÇÃO DO LIVRO “MEMÓRIAS DA NOSSA TERRA”**

O auditório da Oficina de Artes (antiga Escola Primária Pardelhas-Monte) acolheu, no dia 27 de setembro, a apresentação do livro “Memórias da Nossa Terra”, da autoria de Madalena Costa, editada pela Junta de Freguesia do Monte, que compila elementos históricos da freguesia do Monte.

## **SESSÃO CULTURAL DE HOMENAGEM A ARNALDO TRINDADE**

No dia 4 de outubro, a Oficina de Artes, Antiga Escola Primária Pardelhas - Monte, recebeu uma Sessão Cultural de homenagem a Arnaldo Trindade.

Para além de homenagear, recordou-se Arnaldo Trindade, uma das figuras mais importantes da música em Portugal entre as décadas de 1960 e 1980. Poeta, editor e visionário da cultura, como foi apelidado por muitos.

A sessão contou com alguns momentos especiais, sendo eles musicais, por Ana Silva e Paulo Rodrigues, e poéticos, por Aurora Gaia, Eduardo Roseira e Lourdes dos Anjos.

## **APRESENTAÇÃO DO LIVRO “O DIÁRIO DE LAURA”**

A Casa das Gerações – Biblioteca da Murtosa acolheu, no dia 4 de outubro, a apresentação do livro "O Diário de Laura", de Sara Silva. Foi um momento de encontro com a literatura, em que o público conheceu a obra e dialogou com a autora.

## **EXPOSIÇÃO DE MINIATURAS DE EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS**

O Estaleiro-Museu do Monte Branco, na Torreira, recebe, até ao dia 31 de dezembro, uma exposição de miniaturas de embarcações tradicionais do artesão Murtoseiro Henrique Brandão.

A mostra foi inaugurada oficialmente no dia 5 de outubro, e faz parte do ciclo de exposições de artesãos, promovido pelo Município da Murtosa, naquele espaço museológico.

## **CONCERTO DE GUILHERME GUEDES E JOÃO SENRA**

O ciclo “Música no Museu” regressou à COMUR-Museu Municipal da Murtosa, no dia 17 de outubro, com um concerto de guitarra e vibrafone, trazido pelos músicos de jazz Guilherme Guedes e João Senra.

## **CONCERTO DO GRUPO CORDOFONES COM TERNURA**

No dia 18 de outubro, o Salão da Junta de Freguesia do Bunheiro, recebe o primeiro Concerto Oficial do Grupo Cordofones com Ternura.

Cordofones com Ternura nasceu de um sonho que foi concretizado e apresentado pela primeira vez, de forma informal, na inauguração da exposição do Sr António Ramos, membro do Grupo, na COMUR-Museu Municipal da Murtosa.

Trata-se de um conjunto de seis músicos de cordas, com idades diversas, que tocam temas musicais românticos de meados do século XX, utilizando instrumentos como a guitarra portuguesa, o bandolim, a guitarra clássica e a viola braguesa.

### **CONCERTO “ENTRE A ÓPERA E A BROADWAY”**

Inserido na programação das comemorações do 99º aniversário da criação do Concelho da Murtosa, no dia 25 de outubro, a Oficina de Artes recebeu o Concerto “Entre a Ópera e a Broadway”, com a Soprano Carla Bernardino, acompanhada pelo pianista Gabriel Moreira e pela violinista Ana Madalena Ribeiro.

Neste recital intimista, os músicos convidaram o público a embarcar numa viagem musical, que atravessa séculos de expressão dramática e emoção melódica — da grandeza da ópera barroca à modernidade vibrante dos palcos da Broadway.

### **APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO “A SULCAR A RIA – EMBARCAÇÕES DA RIA DE AVEIRO”**

No dia 26 de outubro, o auditório da COMUR-Museu Municipal da Murtosa recebeu a apresentação do documentário “A Sulcar a Ria – Embarcações da Ria de Aveiro”, um evento que se integrou nas celebrações dos 99 anos da criação do concelho.

A projeção do filme, produzido pelo Município de Aveiro no âmbito da “Aveiro 2024 – Capital Portuguesa da Cultura”, serviu como uma viagem emotiva e nostálgica pelo património náutico único da Ria de Aveiro e do Rio Vouga, com testemunhos de viva voz de construtores, arrais e proprietários de embarcações tradicionais, como os icónicos barcos moliceiros, as bateiras, os mercantéis e os vougas.

O documentário conseguiu não só mostrar técnicas e saberes, mas também captar a alma e as histórias de vida ligadas a estas embarcações, verdadeiros símbolos de uma identidade cultural.

### **ACDM E GMB FORAM HOMENAGEADOS NA SESSÃO SOLENE EVOCATIVA DO 29 DE OUTUBRO**

No dia 29 de outubro, teve lugar, nos Paços do Município da Murtosa, a sessão solene evocativa dos 99 anos da criação do Concelho da Murtosa, efetivada pelo decreto emancipador do então Ministro do Interior, Almirante Jaime Afreixo, em 29 de outubro de 1926.

As cerimónias iniciaram-se, na Praça do Município, com o hasteamento das bandeiras, ao som do hino nacional executado pelo Grupo Musical Bunheirense, seguida da deposição de uma coroa de flores junto ao monumento ao Almirante Jaime Afreixo.

Para além das entidades convidadas e dos membros do executivo municipal, a iniciativa comemorativa contou com a presença de várias dezenas de alunos do Agrupamento de Escolas da Murtosa.

No Paços do Município teve lugar o ato de distinção da Associação Cultural e Desportiva do Monte e do Grupo Musical Bunheirense com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro.

### **ESCOLAS DA MURTOSA RECEBEM O GALARDÃO ECO-ESCOLAR**

No dia 23 de outubro, o Agrupamento de Escolas da Murtosa esteve, uma vez mais, presente na cerimónia da Entrega do Galardão Eco-Escolas, "Dia das Bandeiras Verdes", que este ano decorreu em Paredes.

Foram diversos os prémios e distinções que o Agrupamento recebeu, neste evento.

O Centro Escolar da Saldida foi triplamente premiado, com o primeiro prémio no desafio "Cuidar dos Animais, Cuidar do Ambiente" o terceiro prémio no desafio " Criar com Estilo | Estórias em Tecido e ainda uma menção honrosa no desafio "Natal Amarelo".

Todas as escolas do agrupamento foram distinguidas com o Galardão Eco-Escolas e foram ainda distinguidos com os Certificados de Eco Agrupamento e de Eco Município, uma vez que todas as escolas do agrupamento e do município foram galardoadas.

### **GRANDE MARATONA INTERNACIONAL DA RIA DE AVEIRO DE CANOAGEM**

Nos dias 8 e 9 de novembro, realizou-se a IV Grande Maratona Internacional da Ria de Aveiro, uma das provas mais emblemáticas do calendário nacional de canoagem, que este ano volta a afirmar-se também no panorama internacional.

Com um percurso total de 60 quilómetros, dividido em três etapas, a competição vai percorrer os canais e braços da Ria de Aveiro, envolvendo os concelhos de Aveiro, Ovar, Estarreja e Murtosa.

A prova foi uma organização conjunta da Associação de Canoagem do Centro de Portugal, em parceria com cinco clubes da região: Sporting Clube de Aveiro; Clube de Canoagem de Ovar; Associação Náutica da Torreira; Saavedra Guedes e Associação de Canoagem de Cacia.

Contou ainda com o apoio das Câmaras Municipais de Aveiro, Ovar, Estarreja e Murtosa, bem como da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), reconhecendo o carácter intermunicipal desta iniciativa.

## **ENCONTRO COM O AUTOR RUI COUCEIRO**

No passado dia 8 de novembro, o auditório da Oficina de Artes, Antiga Escola Primária Pardelhas-Monte, recebeu o conceituado escritor Rui Couceiro, autor com enorme sensibilidade e imaginação, capacidades que influenciam a sua forma de escrita em muitos dos seus romances, que exploram inquietações humanas e questões sociais profundas. A conversa foi moderada pelo Professor António Abreu Freire.

O ciclo “Encontro com o Autor” é organizado pela Casa das Gerações – Biblioteca Municipal da Murtosa e visa aproximar o público dos autores e criadores, das mais variadas áreas artísticas, da escrita à música, passando pelas artes plásticas, cinema ou teatro, através de sessões de conversa e partilha, onde a proximidade e a informalidade são a tônica dominante..

## **42º FESTIVAL NACIONAL DA CANÇÃO 2025**

O Salão da Junta de Freguesia do Bunheiro recebeu, no dia 16 de novembro, o 42º Festival Nacional da Canção.

Este evento celebrou a música portuguesa com uma seleção de intérpretes e artistas convidados.

## **CONCERTO DO TRIO “HAVANA’S SOUL”**

Integrado no ciclo “Música no Museu”, o auditório da COMUR-Museu Municipal da Murtosa recebeu, no dia 21 de novembro de 2025, um concerto do trio “Havana’s Soul”.

O Trio Havana's Soul é constituído por músicos com origens em Cuba, apresentando, na guitarra José Bustillo, na flauta e voz Anabel Bustillo, e na percussão Manuel Santiesteban.

No cenário intimista da COMUR-Museu Municipal, os “Havana’s Soul” proporcionou uma viagem pelos ritmos quentes da música latina.

Este foi o 62º concerto do ciclo “Música no Museu”, organizado pelo Município da Murtosa, que traz mensalmente à COMUR-Museu Municipal espetáculos dos mais variados estilos musicais.

## **36º ANIVERSÁRIO DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇA**

No dia 20 de novembro, celebrou-se o 36.º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, onde se reafirmou a importância de garantir que todas as crianças cresçam com dignidade, proteção e oportunidades.

Para assinalar esta data, a CPCJ da Murtosa, em estreita colaboração com o Município, Agrupamento de Escolas da Murtosa e IPSS locais, promove o Estendal dos Direitos – uma iniciativa simbólica que dá visibilidade aos direitos fundamentais consagrados na Convenção. Cada peça/desenho pendurado representa um direito que deve ser respeitado e promovido por todos nós.

Este ano, os trabalhos realizados pelas crianças do Agrupamento de Escolas da Murtosa e das IPSS locais estiveram expostos em frente ao edifício da Câmara Municipal, numa bateira tradicional, símbolo da nossa terra e da ligação à Ria. Uma forma única de unir tradição, comunidade e cidadania, sempre em prol do nosso bem maior.

### **EXPOSIÇÃO COLETIVA DE FOTOGRAFIA DA AFAVM**

A COMUR - Museu Municipal da Murtosa recebeu, no dia 30 de novembro, a inauguração de uma Exposição de Fotografia, da Associação de Fotografia e Artes Visuais da Murtosa (AFAVM), dedicada ao tema "Barco Moliceiro". A exposição estará patente ao público até 11 de janeiro de 2026, podendo ser visitada gratuitamente, durante o horário de funcionamento do espaço museológico.

### **SESSÃO COM O FOTÓGRAFO MAURÍCIO SOARES**

A Oficina de Artes, Antiga Escola Primária Pardelhas-Monte, recebeu no dia 7 de dezembro, uma apresentação e conversa, com o Fotógrafo Maurício Soares.

Entre o Ártico e a Antártida, das florestas da América Central às savanas africanas, "Mundo Selvagem – Viagens com Luz e Silêncio" é uma travessia poética por lugares onde a natureza ainda fala mais alto que o homem.

### **NATAL NA PRAÇA**

Árvore de Natal Gigante, Feirinha de Natal, Casa do Pai Natal, Oficina dos Duendes (Casa das Gerações), Teatro dos Sonhos (CRM - Oficina de Dança e Artes Criativas), insufláveis, pinturas faciais e momentos musicais, prometem animar a Praça Jaime Afreixo de 6 a 24 de dezembro.

### **BARCO MOLICEIRO RECONHECIDO PELA UNESCO COMO PATRIMÓNIO IMATERIAL DA HUMANIDADE**

O Barco Moliceiro: Arte da Carpintaria Naval da Região de Aveiro já integra a lista de salvaguarda urgente de patrimónios imateriais da humanidade, numa histórica decisão tomada no dia 9 de dezembro, pelo Comité da UNESCO, reunido na cidade de Nova Deli, na Índia.

A classificação acontece na sequência da candidatura, promovida, junto da UNESCO, pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e vem trazer uma notoriedade e reconhecimento internacionais a uma arte ancestral e identitária da Ria de Aveiro.

A apreciação da candidatura foi acompanhada por uma delegação da CIRA, constituída pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida, pelo Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, Januário Cunha e pelo Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, António Loureiro.

### **CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA OFERECE PRENDA DE NATAL ÀS CRIANÇAS DO CONCELHO**

No âmbito da quadra natalícia, a Câmara Municipal da Murtosa ofereceu uma prenda de Natal a todos os alunos do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas da Murtosa.

A lembrança incluiu um saco institucional, um chocolate, lápis de cor e o livro de colorir "Viver os Direitos das Crianças", promovendo junto dos mais novos valores fundamentais como a cidadania, o respeito e a valorização dos direitos das crianças.

A entrega decorreu no dia 16 de dezembro, nas festas de Natal das escolas do concelho, com a presença do Presidente Januário Cunha, Vice-Presidente Agostinho Oliveira e a Vereadora Cristina Henriques, abrangendo mais de 600 alunos.

### **PRENDA AOS IDOSOS DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS**

Os membros do executivo municipal visitaram os Lares e IPSS do concelho, para desejarem, em nome do Município, as Boas-Festas e ofertarem uma singela prenda de natal aos idosos.

A entrega das prendas foi feita, simbolicamente, aos responsáveis das instituições, que as distribuíram, depois, pelos seus idosos.

### **COLETIVIDADES MURTOSEIRAS DECORARAM ESPAÇO PÚBLICO COM MOTIVOS NATALÍCIOS**

Uma vez mais, correspondendo ao repto/convite lançado pelo Município da Murtosa, uma série de coletividades locais decoraram vários espaços públicos do concelho, por si selecionados, com motivos alusivos à época natalícia.

**Junta-se em anexo:** 1 mapa da Demonstração de Execução Orçamental da Receita, 1 mapa da Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, 1 mapa de Execução Anual das Grandes Opções do Plano, 1 quadro/resumo de equilíbrio orçamental e 1 resumo diário de tesouraria reportados a 2025/06/23



*[Handwritten signature]*  
Doc 10

Assembleia Municipal da Murtosa

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,  
Exmo. Membros da Assembleia Municipal,  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara e executivo camarário,  
Exma. Membros do Executivo,  
Minhas senhoras e meus senhores,

Analisando os documentos previsionais que hoje votamos, o executivo apresenta-nos um orçamento de 14,2 milhões de euros, descrevendo 2026 como um ano de “forte dinâmica concretizadora”. No entanto, para o Partido Socialista, esta dinâmica parece ignorar um pilar fundamental da qualidade de vida: a saúde.

O Sr. Presidente sublinha, com justiça, que a Murtosa cresceu e ultrapassou os 11 000 habitantes. É um sinal de vitalidade, mas o nosso índice de envelhecimento continua alto. Temos uma população idosa que exige respostas de proximidade que hoje, infelizmente, são escassas no nosso concelho.

É, por isso, com estranheza que confrontamos os escassos 38 010€ previstos para transferências de capital destinadas às nossas IPSS. Estas instituições são a verdadeira garantia da dignidade dos nossos idosos e um dos principais pilares da ação social no concelho. Pergunto, pois, se será este o sinal de apoio que as nossas IPSS esperam para poderem investir em novas camas de Lar e em Unidades de Cuidados Continuados, que tanta falta fazem às famílias Murtoseiras?

Sentimos também a ausência de programas de rastreios de saúde organizados ou apoiados pela Câmara, que poderiam fazer a diferença na deteção precoce e na qualidade de vida dos nossos cidadãos. De acordo com a Lei n.º 50/2018, que engloba a transferência de competências na saúde, os municípios não são responsáveis somente por gerir edifícios, equipamentos ou funcionários auxiliares. A lei é clara ao responsabilizar as autarquias de “participar nos programas de saúde pública, comunitária e vida saudável e de envelhecimento ativo”. Posto isto, pergunto ao



Assembleia Municipal da Murtosa

executivo, que projetos concretos de saúde pública estão previstos para o próximo ou próximos anos, além da mera gestão logística? Um exemplo concreto de proatividade em municípios próximos é o estabelecimento de protocolos com a Liga Portuguesa Contra o Cancro para realizar rastreios de cancro de pele à sua população através de uma unidade móvel ou utilizando instalações públicas. Numa zona costeira, como é a Murtosa, onde agricultores e pescadores têm exposições solares prolongadas, não seria uma ação a considerar?

Para terminar, o Partido Socialista defende a implementação de uma Rede Municipal de Desfibrilhação Automática Externa (DAE). As doenças cardiovasculares são a principal causa de morte em Portugal. Perante uma paragem cardiorrespiratória cada minuto conta. É um facto que a probabilidade de sobrevivência nestes episódios diminui 10% por cada minuto sem assistência. A instalação destes equipamentos em escolas, recintos desportivos, juntas de freguesia e até em via pública, acompanhada com a devida formação de operacionais, é um investimento de baixo custo relativo, mas de um valor humano inestimável. Concelhos vizinhos já implementaram com sucesso aparelhos de desfibrilhação automática externa em acesso público em locais de grande afluência. Para quando este investimento na Murtosa?

O cuidado com as pessoas é urgente. O PS não se opõe ao desenvolvimento, mas exige um equilíbrio que coloque a saúde dos murtoseiros como prioridade. Afinal, que valor tem a vida humana?

Murtosa, 30 de dezembro de 2025

Ana Pedro Silva Marques  
Membro da Assembleia Municipal



*[Handwritten signature]*  
DJC 11

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal*  
*Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal*  
*Exmo. Membros do Executivo*  
*Exmos. Membros da Assembleia*  
*Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

A Bancada do PSD encara a apreciação do Orçamento Municipal para 2026 como um momento central da ação política local. Este é um documento que traduz opções, prioridades e uma visão clara para o presente e para o futuro da Murtosa.

Para o PSD, a saúde financeira do município não é um fim em si mesmo — é uma condição essencial para garantir melhores serviços, maior capacidade de investimento e estabilidade para os Murtoseiros. E é isso que este orçamento procura assegurar: equilíbrio, rigor e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Estamos perante um orçamento que reforça áreas essenciais para a qualidade de vida no concelho, como a manutenção das infraestruturas e do espaço público, o apoio à ação social e às famílias, o investimento na educação e o apoio continuado ao movimento associativo, que é um pilar fundamental da identidade da Murtosa.

A Bancada do PSD valoriza ainda a preocupação com a continuidade dos projetos estruturantes, evitando ruturas e garantindo que o município mantém capacidade para responder aos desafios futuros, nomeadamente na atração de investimento, na criação de emprego e no desenvolvimento sustentável do território.

Este é um orçamento que faz escolhas. E faz escolhas que colocam os Murtoseiros no centro das decisões, assegurando respostas no presente sem comprometer o futuro do concelho.

Redobrando a atenção ao que foi referido, e considerando o equilíbrio, a responsabilidade e as prioridades definidas neste orçamento, a Bancada do PSD vota favoravelmente a validação do Orçamento Municipal para 2026, reafirmando o seu compromisso com uma governação responsável, financeiramente equilibrada e sempre ao serviço da Murtosa e dos Murtoseiros.

Muito obrigada

Inês Rodrigues

Membro da bancada do PSD na Assembleia Municipal

Inês Tavares Rodrigues



DE 12

Assembleia Municipal da Murtosa

Exmo. Senhor.

Presidente da Assembleia Municipal da Murtosa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Exma. Vereação

Minhas Senhoras e Meus Senhores

### **Intervenção**

*“Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e atualização das taxas para o ano de 2026”*

(Ponto 2 da Ordem de Trabalhos – Sessão AM de 30.12.2025)

- A análise das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Atualização de Taxas para o ano de 2026 exige um registo de equilíbrio e responsabilidade política. É de notar, antes de mais, que o executivo municipal aceitou integrar no Orçamento algumas propostas apresentadas pelo Partido Socialista, designadamente a requalificação do espaço de “Arte Viva”, na Torreira, e da sua área envolvente, bem como a valorização da “Assembleia Theatro”, também situada naquela freguesia, enquanto equipamento cultural ativo. São posições e decisões acertadas, que respondem a necessidades concretas da população e que importa reconhecer. Aliás, esta proposta do Partido Socialista constitui a única alteração registada ao documento enviado aquando da consulta aos partidos e movimentos de cidadãos, ao abrigo da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, sendo de registar que mais ninguém apresentou alterações ou propostas, pelo menos conhecidas, para o plano e orçamento agora votado.
- Feito este enquadramento, é igualmente nosso dever afirmar que o documento agora em discussão não traduz uma mudança de rumo nem um salto qualitativo na forma de pensar o desenvolvimento do concelho. O *Plano e Orçamento para 2026* seguem uma linha já sobejamente conhecida: gestão corrente, visão limitada e ausência de uma estratégia integrada para o futuro;

- Tal como já referido em reunião do executivo pelo Vereador do PS, Augusto Leite, um território que pretende crescer de forma sustentável precisa de políticas públicas sólidas em áreas essenciais como habitação, educação, saúde e trabalho/desenvolvimento económico. No entanto, o que encontramos neste documento são opções tímidas, insuficientes ou pouco claras;
- Na habitação, a verba prevista no *Plano Plurianual de Investimentos* é claramente desajustada face às exigências do programa “1.º Direito”, colocando em causa a capacidade do município para cumprir prazos e responder eficazmente às necessidades habitacionais das famílias;
- No setor da educação, causa-nos séria preocupação a forma como foram tratadas as responsabilidades assumidas com a descentralização de competências. As dotações inscritas para grandes intervenções nos estabelecimentos de ensino são meramente residuais, ignorando problemas estruturais bem conhecidos e adiando soluções que não podem continuar a ser proteladas;
- No que diz respeito à saúde, o Plano refere intervenções em centros de saúde, mas fá-lo de forma vaga, sem identificar equipamentos, prioridades ou calendarização. Um planeamento que não especifica dificilmente transmite confiança e vontade efetiva de concretizar;
- Também ao nível do desenvolvimento económico, o documento revela escassa ambição. Para além do recorrente anúncio do alargamento da zona industrial, que se tem por bem, não se vislumbram políticas novas ou estruturantes, nem uma estratégia clara de apoio ao comércio local ou à criação de emprego qualificado;
- Estamos assim, perante um documento que repete opções do passado, refletindo uma liderança que, ao longo de vários mandatos, não conseguiu introduzir inovação nem projetar uma visão mobilizadora para o concelho;
- Outrossim, não deixa de ser politicamente relevante notar que um número significativo de ações agora inscritas correspondem a medidas defendidas pelo

Assembleia Municipal da Murtosa

Partido Socialista em momentos anteriores, como a *Estratégia Municipal de Habitação*, a *recolha seletiva de biorresíduos*, a *revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil*, intervenções na *proteção da ria*, em *infraestruturas básicas* ou a *criação de um centro de estágios*. Registamos este facto com naturalidade, mas também com a devida leitura política;

- Salientamos ainda que, entre as *Atividades Mais Relevantes*, surgem finalmente algumas iniciativas na área da proteção animal, embora sem a dimensão e o compromisso que o tema exige e que é reclamado diariamente por muitos;
- Em síntese, o *Plano e Orçamento para 2026* não respondem aos desafios estruturais do concelho, ficando aquém do que é necessário para promover um desenvolvimento equilibrado, justo e sustentável;
- O Partido Socialista não participa na execução destas opções, mas assume plenamente a sua responsabilidade institucional. Não criaremos obstáculos ao funcionamento do município, mas também não subscrevemos uma orientação política com a qual não concordamos;
- Por essas razões, a nossa posição será de abstenção.
- Esta decisão resulta de um entendimento responsável do momento político. Ainda assim, reiteramos um sinal claro: se no próximo exercício não houver maior abertura à incorporação das propostas do Partido Socialista e se a execução não corresponder ao que agora é anunciado, este tipo de documento deixará de merecer a nossa tolerância política;
- Continuaremos a exercer uma oposição atenta, exigente e construtiva, sempre orientada pela defesa do interesse público, da transparência e do futuro do nosso concelho.

Muito obrigado.

*Murtosa, 30 de dezembro de 2025*



(Hugo Silva Figueiredo)

Membro da A.M. Murtosa - PS



Doc 13

### Declaração de Voto (grandes Opções do Plano e Orçamento de 2026)

O Grupo de Cidadãos Eleitores Juntos pela Murtosa (JPM), tal como já havia afirmado através do seu Vereador eleito na Reunião de Câmara de 24 de dezembro, esclarece que a abstenção relativamente ao Orçamento para 2026 e às Grandes Opções do Plano resulta de uma avaliação séria, exigente e responsável dos documentos apresentados.

O JPM não deixa de reconhecer a necessidade de assegurar a continuidade da ação municipal. Contudo, reafirma de forma clara que este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano não traduzem as prioridades, a ambição nem a visão de desenvolvimento que defende para o Concelho da Murtosa. Trata-se de opções que mantêm um rumo com o qual o JPM não se revê e que falham na resposta a desafios estruturais do Município.

Ainda assim, e por respeito pelos resultados eleitorais e pela legitimidade democrática do executivo em funções, o JPM optou por uma abstenção consciente e construtiva, recusando tanto o bloqueio político como o alinhamento acrítico.

O JPM continuará a exercer uma oposição firme, responsável e propositiva, como aliás voltou a demonstrar com as propostas e contributos apresentados no âmbito deste Orçamento e Plano. Acompanharemos de perto a execução destes instrumentos, exigindo rigor, transparência e melhores resultados, sempre na defesa do interesse público e do futuro da Murtosa.

Murtosa, 30 de dezembro de 2025

Assembleia Municipal

*Augustina Azevedo (Deputada Municipal pelo JPM)*



Assembleia Municipal da Murtosa

Doc 14

## Declaração de Voto

### **Ponto 2 – Apresentação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e atualização de taxas para o ano de 2026**

Os membros do Partido Socialista optaram pela **abstenção** na votação da proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e atualização de taxas para o ano de 2026.

Regista-se, em primeiro lugar, de forma positiva, a integração no Orçamento de algumas propostas apresentadas pelo Partido Socialista, nomeadamente, a requalificação do espaço de “Arte Viva” e a valorização da “Assembleia Teatro” na Torreira, enquanto equipamento cultural. São posições e decisões que respondem a necessidades concretas da população e que merecem reconhecimento.

Não obstante, o documento em apreciação não traduz uma mudança estratégica nem um reforço qualitativo na visão de desenvolvimento do concelho, mantendo uma lógica de continuidade, assente essencialmente na gestão corrente. Persistem fragilidades relevantes nas áreas da habitação, educação, saúde e desenvolvimento económico, com opções insuficientes, pouco claras ou desajustadas face aos desafios existentes.

Destaca-se ainda que ficaram excluídas propostas estruturantes do Partido Socialista, designadamente, a reabilitação dos furos de água da Mamaparda e da Torreira, sistema alternativo de abastecimento de água que deveria ser preservado e a construção do Canil Municipal, consideradas essenciais para a segurança do abastecimento e para a resposta às necessidades da comunidade.

Em síntese, o *Plano e Orçamento para 2026* ficam aquém do que é necessário para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável do concelho. O Partido



Assembleia Municipal da Murtosa

Socialista não se revê nas opções apresentadas, mas, num quadro de responsabilidade institucional, não cria obstáculos ao normal funcionamento do município.

É neste contexto que o Partido Socialista opta pela **abstenção**, reafirmando que continuará a exercer uma oposição responsável, exigente e construtiva, em defesa do interesse público e do futuro da Murtosa.

Os Membros do Partido Socialista,

Augusto Bastos  
Ana Marques



Diretor

## Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

### Deliberação em minuta

**Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos:**

Apreciação, discussão e votação da proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e atualização de taxas para o ano de 2026 - Deliberação de Câmara de 24.12.2025.

Deliberação: Aprovado

**Forma de votação:**

Unanimidade: \_\_\_\_\_

Maioria: X

Com os votos favoráveis de: PSD (9 votos)

Com os votos contra de: \_\_\_\_\_

Com as abstenções de: PS e YPM (10 votos)

A Mesa:

[Assinatura]  
Mónica Barros  
[Assinatura]



2022/16

Assembleia Municipal da Murtosa

Exmo. Senhor.

Presidente da Assembleia Municipal da Murtosa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Exma. Vereação

Minhas Senhoras e Meus Senhores

### Intervenção

*“Proposta Fiscal para o ano de 2026”*

(Ponto 3 da Ordem de Trabalhos – Sessão AM de 30.12.2025)

- Hoje somos chamados a decidir sobre a Proposta Fiscal para 2026. A escolha que fazemos aqui terá impacto direto na vida das famílias, dos trabalhadores e das pequenas empresas da Murtosa.
- O Executivo do PSD propõe manter os impostos como estão: IMI urbano em 0,32%, participação variável no IRS em 4% e derrama com benefício mínimo para microempresas, que constituem a grande maioria na Murtosa. Esta opção é conservadora demais e distante da realidade das pessoas, que esperam do Município, apoio concreto e alívio fiscal.
- **O Partido Socialista apresenta uma alternativa clara e responsável**, que coloca as famílias e a economia local no centro das decisões:
  - 1. Redução do IMI urbano para 0,31%**, que importa cerca de 46 mil euros de alívio fiscal direto. Uma redução perfeitamente sustentável, face ao saldo de gerência do Município (com previsão entre 5 a 7 milhões), que garante estabilidade financeira. Esta medida traduz-se em mais dinheiro no bolso das famílias, aliviando os encargos mensais e permitindo maior qualidade de vida.
  - 2. Redução da participação variável no IRS para 3%**, com visão de descida progressiva nos próximos anos. São cerca de 88 mil euros que regressam aos

munícipes, um sinal inequívoco de justiça social, incentivo à fixação de população e combate aos efeitos da inflação.

**3. Isenção de derrama para microempresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros, com aprovação de regulamento para o efeito.** São estas pequenas empresas que criam emprego, riqueza e dinamismo local. A proposta do PS garante apoio e não penalização aos que fazem a economia da Murtosa crescer.

- Vamos ser claros e precisos: estamos a falar de cerca de 130 mil euros num orçamento municipal de 14 milhões. Não é gasto imprudente, é investimento social e económico. Cada euro devolvido às famílias e às microempresas multiplica-se em bem-estar, consumo local e crescimento sustentável.
- O voto favorável à proposta do PS é um voto a favor das famílias, a favor do emprego e a favor do futuro da Murtosa. É uma escolha política inequívoca: menos impostos, mais justiça e mais apoio às pessoas.
- E agora, permitam-me, deixo um desafio direto aos colegas desta Assembleia Municipal, membros do movimento JPM: hoje é a hora de provar que a oposição pode ser construtiva. Apoiar estas propostas é apoiar os munícipes; rejeitá-las é manter impostos desajustados à nossa realidade, fechar portas ao alívio fiscal e desiludir quem espera de nós ação concreta. Esta, é a verdadeira oportunidade de fazer política a favor das pessoas. Não tenham medo, que cada euro a menos em imposto vale sempre muito mais do que cada euro, ou milhares de euros, que este executivo municipal paga, sem “questionar” e/ou solucionar: em prestação de serviços (recibos verdes - € 180.000,00), em iluminação pública e de edifícios (€ 500.000,00), em consumo energético nas Piscinas Municipais (€ 280.000,00), em recebimentos em atraso (€ 187.000,00, dos quais € 140.000,00 em rendas habitacionais). Não tenham medo, tenham vergonha, tal como eu, e tenham agora vontade e coragem de traçar um novo rumo!
- Finalmente, respondendo ao argumento do Sr. Presidente da Câmara de que reduzir impostos comprometeria a ação social: não é verdade. Esta justificação



Assembleia Municipal da Murtosa

é demagógica e infundada. A ação social municipal é financiada por diversas fontes: transferências do Estado, receitas próprias e fundos comunitários. Criar uma falsa relação de causa-efeito para bloquear o alívio fiscal é manipulação política. Se a ação social é prioridade, que seja assegurada por gestão responsável, tal como denunciado anteriormente, não como pretexto para manter impostos.

- O Partido Socialista apresenta uma proposta concreta, sustentável e justa. Votar favoravelmente é uma decisão de coragem, de justiça e de responsabilidade para com a nossa comunidade.

Muito obrigado.

*Murtosa, 30 de dezembro de 2025*

(Hugo Silva Figueiredo)

Membro da A.M. Murtosa - PS



albe 6

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal*  
*Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal*  
*Exmo. Membros do Executivo*  
*Exmos. Membros da Assembleia*  
*Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

O pacote fiscal que hoje apreciamos constitui uma solução equilibrada, socialmente responsável e financeiramente necessária para o município da Murtosa. Esta proposta assenta em três pilares fundamentais: moderação, sensibilidade social e sustentabilidade das contas públicas.

No que respeita à taxa de IMI, fixada em 0,32%, claramente abaixo do limite máximo legal e muito próxima da taxa mínima, trata-se de uma medida justa e adequada, que protege as famílias sem comprometer a estabilidade da receita municipal. Acresce que esta política é acompanhada por benefícios sociais relevantes, nomeadamente as deduções no IMI para agregados familiares com dependentes: 30 euros para um dependente, 70 euros para dois e 140 euros para três ou mais dependentes. Esta iniciativa traduz-se num apoio direto às famílias, fomentando a fixação da população, objetivos estratégicos para o futuro da Murtosa.

Aliás, os dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística confirmam a eficácia destas e outras políticas, revelando que, pela primeira vez em seis décadas, o concelho ultrapassou a fasquia dos 11.000 habitantes. Este resultado não é fruto do acaso, mas sim da conjugação de medidas que promovem qualidade de vida, justiça fiscal e desenvolvimento sustentável.

Relativamente à participação variável no IRS, a decisão de manter a taxa nos 4% traduz-se numa opção de estabilidade e responsabilidade. Num contexto económico exigente, esta medida assegura previsibilidade para as famílias e para a autarquia, evitando oscilações que poderiam comprometer o planeamento familiar e municipal.

Ao garantir os recursos necessários para manter serviços essenciais e concretizar investimentos estratégicos, esta escolha reforça a confiança dos cidadãos na gestão municipal e demonstra que é possível conciliar justiça fiscal com sustentabilidade financeira. Importa sublinhar que uma parte significativa desta receita fiscal regressa às famílias sob a forma de apoios sociais, nomeadamente na ação social escolar, que contempla apoios a todos os níveis de ensino, incluindo bolsas de estudo para alunos do ensino secundário e superior.

Por último, a derrama municipal, fixada em 1% e reduzida para apenas 0,01% nos casos em que o volume de negócios não exceda 150.000 euros, revela uma clara sensibilidade para com o tecido empresarial local. Esta diferenciação apoia os pequenos negócios e assegura uma contribuição justa das empresas com maior capacidade económica.

Nesse sentido, a bancada do PSD declara que irá votar favoravelmente o pacote fiscal apresentado para o ano de 2026.

**Bruno Oliveira**

**Membro da bancada do PSD na Assembleia Municipal**



Doc 972

Assembleia Municipal da Murtosa

### PROPOSTA

*“Proposta Fiscal para o ano 2026 – Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis”*

(Ponto 3 da Ordem de Trabalhos – Sessão AM de 30.12.2025)

- Ao abrigo do n.º 5 do artigo 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (Código do IMI), o Partido Socialista propõe a **taxa de 0,31%** para os prédios urbanos contemplados na al. c) do n.º 1 do artigo 112º do referido diploma legal.

*Murtosa, 30 de dezembro de 2025*

Os Membros do Partido Socialista,



## Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

### Deliberação em minuta

**Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos:**

Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano 2026 – Fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis - Deliberação de Câmara de 24.12.2025.

**Deliberação:** Foi apresentada, pelo bancado do PS, uma proposta para a fixação das taxas do imposto municipal sobre Imóveis em 0,31% para os prédios urbanos. A proposta foi chumbada com os votos contra dos bandedos do PSD e UPD, com 4 votos, e 5 votos a favor, do bancado do PS.

A Mesa:

  
Mónica Barbosa



Doc 19

## Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

### Deliberação em minuta

#### Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano 2026 – Fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis - Deliberação de Câmara de 24.12.2025.

Deliberação: Aprovado

#### Forma de votação:

Unanimidade: \_\_\_\_\_

Maioria: X

Com os votos favoráveis de: PSD (9 votos) e UPM (5 votos)

total 14 votos

Com os votos contra de: PS - 5 votos

Com as abstenções de: \_\_\_\_\_

A Mesa:

Vítorica Barbosa



### Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

#### Deliberação em minuta

Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de Proposta Fiscal para o ano 2026 – Redução da taxa de IMI” - deliberação de câmara de 24.12.2025.

Deliberação: Aprovado

#### Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Maioria: \_\_\_\_\_

Com os votos favoráveis de: \_\_\_\_\_

Com os votos contra de: \_\_\_\_\_

Com as abstenções de: \_\_\_\_\_

A Mesa:

[Signature]  
Hárcia Barros  
[Signature]



Assembleia Municipal da Murtosa

Doc. 21

### Declaração de Voto

#### Ponto 4 – Proposta Fiscal para o ano 2026 – Redução da taxa de IMI

Os membros do Partido Socialista declaram o seu **voto favorável** à proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aplicável aos prédios ou partes de prédios destinados a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que integram o respetivo agregado familiar.

Esta opção traduz uma medida de justiça fiscal e de sensibilidade social, plenamente coerente com a proposta fiscal apresentada pelo Partido Socialista no ponto anterior da ordem de trabalhos, e alinhada com uma política municipal que valoriza a habitação própria e permanente e reconhece o esforço acrescido das famílias com dependentes, contribuindo para uma distribuição mais equilibrada da carga fiscal a nível local.

Cumpre ainda esclarecer, para que não subsistam dúvidas em plenário, que a certidão da ata da reunião do executivo municipal, remetida a esta Assembleia, contém uma menção incorreta quanto ao sentido de voto do Vereador do Partido Socialista. Ao contrário do que aí é referido, o Vereador do PS votou favoravelmente a redução da taxa do IMI a aplicar sobre prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, nos termos do Código do IRS, estando em causa um lapso material, que já foi reportado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e que importa aqui registar, em nome da transparência, do rigor institucional e do respeito pela verdade das deliberações.

Os Membros do Partido Socialista,

Augusto Bastos  
Ana Marques

## PROPOSTA

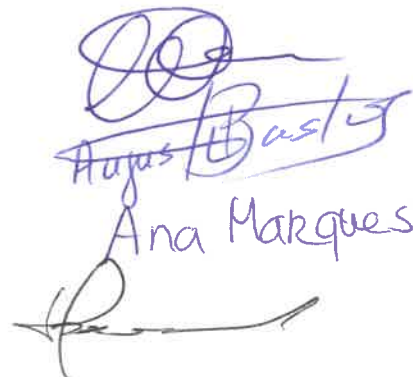
*“Proposta Fiscal para o ano 2026 – Participação variável no IRS”*

(Ponto 5 da Ordem de Trabalhos – Sessão AM de 30.12.2025)

- Ao abrigo do n.º 2 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, em conjugação com o n.º 1 do artigo 25º e o n.º 1 do artigo 26º, da citada lei e nos termos da al. ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e da al. c) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal, o Partido Socialista propõe a aprovação do **percentual de 3%** relativo ao *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares* para vigorar no ano de 2026.

*Murtosa, 30 de dezembro de 2025*

Os Membros do Partido Socialista,



Ana Marques



**Assembleia Municipal**

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

**Deliberação em minuta**

**Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos:**

Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano de 2026 – Participação variável no IRS” - deliberação de câmara de 24.12.2025.

Deliberação: foi apresentada pela bancada do Partido Socialista, uma proposta para a aprovação percentual de 3% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas ~~Relevantes~~ singulares para vigorar em 2026.

Esta proposta teve 14 votos contra, das bancadas do PSD e da UPE e 5 votos a favor, da bancada do PS.

Resumir na 4ª Ficha Pátria Bonha

A Mesa:

Fátima Bonha



### Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

#### Deliberação em minuta

Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano de 2026 – Participação variável no IRS” - deliberação de câmara de 24.12.2025.

Deliberação: Aprovada

Forma de votação:

Unanimidade: \_\_\_\_\_

Maioria: X Sim

Com os votos favoráveis de: PSD e YPM (14 votos)

Com os votos contra de: PS (5 votos)

Com as abstenções de: \_\_\_\_\_

A Mesa:

Mónica Bonbram



Assembleia Municipal da Murtosa

Dec 25

### PROPOSTA

*“Proposta Fiscal para o ano 2026 – Fixação da derrama sobre o lucro tributável”*

(Ponto 6 da Ordem de Trabalhos – Sessão AM de 30.12.2025)

- Ao abrigo do disposto nos n.ºs 22 e 23 do artigo 18º e n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, o Partido Socialista propõe a **isenção de derrama** para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 mil euros.

*Murtosa, 30 de dezembro de 2025*

Os Membros do Partido Socialista,



D.º 226

## Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

### Deliberação em minuta

#### Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta Fiscal para o ano de 20126 -Fixação da derrama sobre o lucro tributável - deliberação de câmara de 24.12.2025.

Deliberação: O Partido Socialista apresentou uma proposta que propõe a isenções de derramas para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 mil euros.

Esta proposta teve 14 votos contra, dos bancados do PSD e YPM e 5 votos a favor, do bancado do PS.

A Mesa:

  
Hónia Barbosa



**Assembleia Municipal**

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

**Deliberação em minuta**

**Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos:**

Apreciação, discussão e votação da proposta Fiscal para o ano de 2026 -Fixação da derrama sobre o lucro tributável - deliberação de câmara de 24.12.2025.

Deliberação: Aprovada

**Forma de votação:**

Unanimidade: \_\_\_\_\_

Maioria: X Sim

Com os votos favoráveis de: PSD e UPM (14 votos)

Com os votos contra de: PS (5 votos)

Com as abstenções de: \_\_\_\_\_

A Mesa:

[Signature]  
Adriano Barba  
[Signature]



Doc 28

## Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

### Deliberação em minuta

Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano de 2026 – Benefícios fiscais referentes às áreas de reabilitação urbana - deliberação de Câmara de 24.12.2025.

Deliberação: Aprovado

Forma de votação:

Unanimidade: X Sim

Majoria: \_\_\_\_\_

Com os votos favoráveis de: \_\_\_\_\_

Com os votos contra de: \_\_\_\_\_

Com as abstenções de: \_\_\_\_\_

A Mesa:

[Assinatura]  
Fátima Barros

[Assinatura]



Doc. 201

### Declaração de Voto (Política Fiscal)

Enquanto Movimento de Cidadãos Eleitores na oposição, a nossa atuação pauta-se pela defesa do interesse dos murtoseiros e não por lógicas partidárias ou de bloqueio sistemático às propostas do executivo. A política fiscal apresentada pela Câmara Municipal da Murtosa propõe a manutenção integral das taxas e impostos municipais face ao ano anterior, não prevendo qualquer agravamento da carga fiscal.

Consideramos positiva a opção de não aumentar impostos. Num concelho com uma estrutura económica assente maioritariamente em pequenas empresas, comércio local, atividades tradicionais e famílias de rendimentos médios, a estabilidade fiscal é um fator de segurança e previsibilidade. Manter os impostos evita um impacto adicional nos orçamentos familiares e na atividade económica local. Outra via seria a da baixa de impostos que, certamente, é aquela que todos almejam. Esta via será sempre uma opção positiva e merecedora da nossa concordância quando tal não implique um desequilíbrio entre as receitas da Câmara Municipal e a qualidade dos serviços públicos de que a mesma é responsável perante os cidadãos. Porque continuamos a discordar das opções de gestão, das prioridades de investimento e dos modelos de desenvolvimento local defendidos pelo executivo, mas porque consideramos que essas opções secundadas por uma baixa de recursos municipais desembocariam numa ainda menor qualidade dos serviços prestados à população, optamos, conscientemente, por um voto favorável à única proposta apresentada a votação (na última reunião de Câmara de 24 de dezembro e hoje aqui nesta Sessão de Assembleia Municipal). Trata-se de um voto que, perante a situação concreta do que se propõe e do que poderia ser a diminuição da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, reflete a posição equilibrada que se espera da oposição responsável.

Este voto não representa concordância global com a política financeira da Câmara, nem significa abdicar da nossa função fiscalizadora. Pelo contrário, continuaremos a exigir maior qualidade no serviço público prestado à população, o que se consubstancia numa melhor eficiência na gestão dos recursos públicos, em mais ambição nas políticas de apoio às famílias e às empresas, e numa estratégia fiscal que, no futuro, possa traduzir-se em benefícios reais para quem vive e investe na Murtosa.

O nosso sentido de voto é, por isso, um voto responsável, autónomo e coerente com os princípios de um Movimento de Cidadãos Eleitores: proximidade às pessoas, independência política e compromisso com o desenvolvimento equilibrado da Murtosa.

Murtosa, 30 de dezembro de 2025

Assembleia Municipal

Angélica Invernado (Deputada Municipal pelo JPM)



DE 30

## Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

### Deliberação em minuta

Ponto n.º 8 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da Proposta Fiscal para o ano de 2026 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem - deliberação de Câmara de 24.12.2025.

Deliberação: Aprovado

---

---

---

Forma de votação:

Unanimidade: X Sim

Maioria: \_\_\_\_\_

Com os votos favoráveis de: \_\_\_\_\_

---

---

Com os votos contra de: \_\_\_\_\_

---

---

Com as abstenções de: \_\_\_\_\_

---

---

A Mesa:

  
Mônica Barber  
BD



Doc 31

## PROPOSTA

*Ponto 9 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal da Murtosa, de 30 de dezembro de 2025  
Designação (por eleição) de dois representantes das freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais*

Atenta a expressão das áreas florestais, no contexto do Município da Murtosa, das freguesias do Bunheiro e da Torreira, proponho, para representantes da Juntas de Freguesia do Concelho da Murtosa para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o Sr. Presidente da Junta do Bunheiro, Francisco Pereira e o Sr. Presidente da Junta da Torreira, André Pinho.

Murtosa, 30 de dezembro de 2025

O Vogal do Partido Social Democrata

Manuel Sebolão



Doc 372

Assembleia Municipal da Murtosa

Exmo. Senhor.

Presidente da Assembleia Municipal da Murtosa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Exma. Vereação

Minhas Senhoras e Meus Senhores

### **Intervenção**

*“Eleição dos novos representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR)”*

(Ponto 9 da Ordem de Trabalhos – Sessão AM de 30.12.2025)

- A proposta apresentada para a designação dos representantes das freguesias na *Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais*, assenta num critério claro, objetivo e funcional.
- As freguesias da Torreira e do Bunheiro são, no concelho da Murtosa, aquelas que dispõem de cobertura florestal significativa, estando por isso, mais diretamente expostas ao risco de incêndio rural e às exigências de prevenção, planeamento e resposta que esta Comissão acompanha.
- A indicação dos respetivos Presidentes de Junta, tal como já sucedeu no mandato anterior, garante não só conhecimento direto do território, mas também uma articulação eficaz entre o planeamento municipal e a realidade local, valorizando a experiência de quem está no terreno e lida diariamente com estas matérias.
- Trata-se, portanto, de uma proposta equilibrada, tecnicamente fundamentada e que coloca o interesse do concelho acima de qualquer lógica partidária, reforçando a eficácia da *Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais*.



Assembleia Municipal da Murtosa

- Por estas razões, o Partido Socialista manifesta o seu apoio à proposta apresentada.

Muito obrigado.

*Murtosa, 30 de dezembro de 2025*

(Hugo Silva Figueiredo)

Membro da A.M. Murtosa - PS



## Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025

### Deliberação em minuta

#### Ponto n.º 9 da ordem de trabalhos:

Eleição dos novos representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR)

#### Deliberação:

Foi apresentada uma proposta conjunta das bancadas do PSD e PS, que propõe o Sr. Presidente da junta do Bunteiro, Francisco Ferreira e o Sr. Presidente da junta da Torreira, André Pinto.

Esta proposta obteve 19 votos a favor, tendo sido aprovada por unanimidade.

A Mesa:

  
\_\_\_\_\_  
Alicia Barros  
\_\_\_\_\_  


**Assunto:** Declaração de voto / correção

**De:** Angelina Figueiredo <figueiredo.angelina@gmail.com>

**Data:** 08/01/2026, 23:19

**Para:** Assembleia <assembleia@cm-murtosa.pt>

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Dr. António Santos Sousa

Na qualidade de Representante dos Deputados Municipais eleitos pelo Movimento Juntos pela Murtosa/ JPM e após a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, verificado um erro na Declaração de Voto que foi apresentada por esta bancada, relativamente à " Proposta fiscal para o ano 2026", alíneas 3, 4 ,5 ,6, 7, e 8 solicito a Vossa Excelência que seja considerada a que segue, em anexo, a este e-mail, devidamente corrigida.

Grata pelo acolhimento da alteração.

Cordiais cumprimentos

Angelina Figueiredo ( Deputada da Assembleia Municipal eleita pelo JPM)

—Anexos:—————

Declaração de Voto\_Política Fiscal.docx

24,0KB



## Declaração de Voto (Política Fiscal)

Enquanto Movimento de Cidadãos Eleitores na oposição, a nossa atuação pauta-se pela defesa do interesse dos murtoseiros e não por lógicas partidárias ou de bloqueio sistemático às propostas do executivo. A política fiscal apresentada pela Câmara Municipal da Murtosa propõe a manutenção integral das taxas e impostos municipais face ao ano anterior, não prevendo qualquer agravamento da carga fiscal.

Consideramos positiva a opção de não aumentar impostos. Num concelho com uma estrutura económica assente maioritariamente em pequenas empresas, comércio local, atividades tradicionais e famílias de rendimentos médios, a estabilidade fiscal é um fator de segurança e previsibilidade. Manter os impostos evita um impacto adicional nos orçamentos familiares e na atividade económica local. Outra via seria a da baixa de impostos que, certamente, é aquela que todos almejam. Esta via será sempre uma opção positiva e merecedora da nossa concordância quando tal não implique um desequilíbrio entre as receitas da Câmara Municipal e a qualidade dos serviços públicos de que a mesma é responsável perante os cidadãos. Porque continuamos a discordar das opções de gestão, das prioridades de investimento e dos modelos de desenvolvimento local defendidos pelo executivo, mas porque consideramos que essas opções secundadas por uma baixa de recursos municipais desembocariam numa ainda menor qualidade dos serviços prestados à população, optamos, conscientemente, por um voto favorável à única proposta apresentada a votação na última reunião de Câmara de 24 de dezembro e hoje aqui confirmada nesta Sessão de Assembleia Municipal. Trata-se de um voto que, perante a situação concreta do que se propõe e do que poderia ser a diminuição da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, reflete a posição equilibrada que se espera da oposição responsável.

Este voto não representa concordância global com a política financeira da Câmara, nem significa abdicar da nossa função fiscalizadora. Pelo contrário, continuaremos a exigir maior qualidade no serviço público prestado à população, o que se consubstancia numa melhor eficiência na gestão dos recursos públicos, em mais ambição nas políticas de apoio às famílias e às empresas, e numa estratégia fiscal que, no futuro, possa traduzir-se em benefícios reais para quem vive e investe na Murtosa.

O nosso sentido de voto é, por isso, um voto responsável, autónomo e coerente com os princípios de um Movimento de Cidadãos Eleitores: proximidade às pessoas, independência política e compromisso com o desenvolvimento equilibrado da Murtosa.

Murtosa, 30 de dezembro de 2025

Assembleia Municipal